

Trump 2

Antonio Carlos Diegues, José Eduardo Roselino, Juliane Furno, Pedro Faria, Júlio Miragaya, Bernardo Kocher, Rita Coitinho, Debora Garcia Gaspar, Arquimedes Martins Celestino, Tatiana Vargas-Maia, Roberto Alexandre Zanchetta Borghi e Ellen Tristão discorrem sobre os impactos do governo Trump na geopolítica, instituições, comércio, hegemonia norte-americana e extrema direita mundiais e nas relações dos EUA com China, Rússia, Brics, UE e América Latina e analisam os riscos e oportunidades para o Brasil.

*Fernando Henrique Lemos Rodrigues escreve para a série
“Atualizando o debate sobre dependência econômica”*



Trump 2

■ A edição discute os impactos do governo Trump no mundo e no Brasil. Antonio Diegues, da Unicamp, e José Roselino, da UFSCar, ressaltam que Trump questiona as instituições do pós-guerra e deslegitima preceitos liberais, em prol do fomento da indústria doméstica, inclusive com restrição ao comércio.

Juliane Furno, da Uerj, e Pedro Faria, da Universidade de Cambridge, apontam que a reorientação geopolítica dos EUA abre oportunidades para o Brasil em investimentos verdes e articulação dos Brics com os europeus e latino-americanos.

Júlio Miragaya, da UnB, afirma que Trump é uma tentativa desesperada da classe dominante dos EUA, capitaneada pelas *big techs* e mercado financeiro, de restaurar a dominação mundial do passado.

Bernardo Kocher, da UFF, crê que a ascensão de Trump expõe a desvantagem geoeconômica dos EUA, desafiados por China, Rússia e Brics, em um sistema internacional competitivo como nunca antes.

Rita Coitinho, do MinC, destaca que Trump aplica na política interna e externa técnicas agressivas de vendas, como pressão psicológica, sedução e exploração de sentimentos.

Debora Gaspar, da UFRRJ, qualifica o governo Trump como transacional, com uma postura em política externa casuística – calculando custo e benefício – e um afastamento da ordem internacional liberal.

Arquimedes Celestino, da UFRJ, prevê que a abdicação da hegemonia ideológica por parte dos EUA, em busca da manutenção da supremacia econômica, vai aumentar o protecionismo e diminuir o crescimento econômico mundial.

Tatiana Vargas-Maia, da Ufrgs, salienta a configuração nacionalista e transacional da política externa de Trump. Ele deve priorizar acordos bilaterais e reduzir compromissos com blocos regionais e organismos multilaterais.

Roberto Borghi, do Ceri, acredita que a relação EUA-China será decisiva para o mundo e Brasil, que precisará atuar de maneira equilibrada no jogo das potências mundiais.

Ellen Tristão, da UFVJM, enfatiza que há um líder neofascista no poder, que aplica políticas econômicas e xenofóbicas sem freios e fortalece a extrema direita mundial.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Fernando Henrique Rodrigues.



Sumário

Trump II e o retorno de Friederich List.....4

Antonio Carlos Diegues e José Eduardo Roselino

Governo Trump: ameaças e possibilidades para a economia brasileira.....9

Juliane Furno e Pedro Faria

Trump 2: freio de arrumação do imperialismo norte-americano 14

Júlio Miragaya

A república imperial norte-americana e o choque de competitividade 19

Bernardo Kocher

O mercador do fim do mundo 25

Rita Coitinho

O retorno de Trump ao comando dos EUA: plutocracia e novas turbulências geopolíticas..... 30

Debora Garcia Gaspar

O dissenso do Wyoming: Trump quer o fim da hegemonia americana? 35

Arquimedes Martins Celestino

Trump retorna sem freios 41

Tatiana Vargas-Maia

As tensões mundiais e o Brasil diante da nova administração Trump 45

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi

Não! Isto não é um treinamento! 49

Ellen Tristão

A formação nacional diante da dependência e do subdesenvolvimento 53

Fernando Henrique Lemos Rodrigues

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.



Trump II e o retorno de Friederich List

Antonio Carlos Diegues*

José Eduardo Roselino**

■ A tarefa de avaliar quais serão os potenciais impactos do novo mandato de Donald Trump no mundo e no Brasil é uma missão desafiadora e um tanto arriscada, especialmente em razão do caráter turbulento que a nova gestão tem exibido nos seus primeiros dias.

A agressividade e as bravatas desse início de mandato não miram apenas os alvos mais previsíveis relacionados à guerra cultural, à xenofobia com relação aos imigrantes em situação não regular e ataques a outras minorias. Um movimento de inédita intimidação se estende ao campo das relações internacionais em várias frentes, como na absurda proposição da transformação da Faixa de Gaza em um *resort* sob controle dos EUA, ameaças de anexação do Canadá e a contestação da soberania dinamarquesa sobre a Groenlândia.

É evidente que artigos de opinião como este são insuficientes para abranger a complexidade dos fenômenos que influenciarão o período que se inicia em suas diversas dimensões. Dada tal constatação e o elevado grau de incerteza que envolve as relações geopolíticas e econômicas internacionais, parece ser inquestionável que os artigos que se proponham a analisar esse complexo quadro estão fadados a serem incompletos. Além disso, muito provavelmente também serão míopes para aspectos que ainda emergirão nesse momento de tensões das estruturas que sustentam a economia e a socie-



Antonio Carlos Diegues



dade global, cada vez mais fragmentada e instável.

Partindo dessas ponderações, que justificam a incompletude da reflexão que se apresenta aqui, adotamos a estratégia de avaliar os impactos do novo governo Trump buscando refúgio em analisar uma dimensão em particular, em que os desdobramentos nos parecem mais claramente identificáveis. Fazemos referência ao fenômeno de imolação pública dos princípios liberais anteriormente propagados como valores genéticos associados à “terra da liberdade” e ao seu papel de liderança do “mundo livre”.



José Eduardo Roselino

Isso porque a simbologia que marca o retorno triunfante de Donald Trump está envolta num questionamento – ainda que difuso – de toda uma ordem internacional, cujos corolários *mainstream* se apresentavam como os únicos portadores da razão, e caminho único a ser trilhado pelas nações que almejam alcançar o desenvolvimento nos marcos das “democracias liberais” e das “economias de mercado”.

O governo que se inicia radicaliza um movimento que já se evidenciava desde a irrupção da crise financeira global e que fora intensificado com a chegada da pandemia: o retorno a estratégias mais intervencionistas e explícitas voltadas ao fomento de atividades industriais domésticas, inclusive mediante práticas restritivas de comércio.

Deste modo, o primeiro impacto que emerge deste governo, nesta dimensão particular, é o de uma necessária reorientação do debate no âmbito do *mainstream* econômico sobre a adequação de todo ideário liberal, outrora identificado ao famigerado “Consenso de Washington”, como a melhor – ou seria única? – maneira de se fomentar o desenvolvimento econômico. Tais impactos valem tanto para as políticas quanto para as instituições adjacentes.

Assim como já se observa desde Trump I, a retórica presidencial americana deslocou-se do discurso típico voltado à busca por preços e instituições corretas em direção a uma concepção progressivamente mais próxima ao conceito de Sistema Nacional de Economia Políti-



ca, desenvolvido por Friedrich List no séc. XIX. Ainda que, a rigor, o *Deep State* estadunidense – constituído pela tríade Departamento de Estado, Departamento de Defesa e Departamento de Energia – nunca tenha se distanciado totalmente dessa concepção de desenvolvimento, a retórica liberal se sobrepunha às ações no debate público.

Os movimentos da política externa americana e, em especial, as ameaças manifestas de uso generalizado de barreiras tarifárias causam perplexidade e espanto. Essa postura dos EUA em tempos recentes, radicalizada sob Trump II, nos relembra das desconfianças manifestas por John Maynard Keynes a respeito da inabilidade, ou mesmo da inaptidão, dos estadunidenses em desempenhar adequadamente o papel de nação hegemônica para garantir um bom funcionamento do sistema internacional.

O receio de Keynes, expresso nas posições defendidas na conferência de Bretton Woods, estava bem fundamentado na trágica experiência do período entreguerras, em que a potência emergente falhou ao desempenhar adequadamente o papel de estabilizador da ordem mundial.

Nesse mesmo sentido, Fred Block nos ensinou, no seu clássico *The Origins of International Economic Disorder* (1977), que diante do quadro de crise e instabilidade dos anos 1920-30, os EUA revelaram dificuldades em subordinar interesses políticos domésticos a favor de um papel mais comprometido com o bom funcionamento do sistema internacional.



No momento de crise internacional, a política externa estadunidense pendeu em favor de políticas nacionalistas e protecionistas em atendimentos aos interesses domésticos de fazendeiros, industriais e trabalhadores, e em desfavor das alas mais “internacionalistas” ou “cosmopolitas”, que defendiam um papel de maior comprometimento com a estabilidade global, condizente com a recém-conquistada condição de nação hegemônica.

Ainda que se possam caracterizar os “trinta anos gloriosos” do pós-guerra como sendo um virtuoso período dourado sob égide de uma “hegemonia benigna” por parte dos EUA, convém não esquecer das lições desse passado mais distante.

Também se deve ter em boa memória o movimento de reafirmação da centralidade do dólar no sistema monetário internacional capitaneado por Paul Volcker em 1979. O choque dos juros trouxe consequências globais dramáticas, em particular para a periferia endividada, mas cumpriu seu objetivo de reforçar a supremacia monetária e financeira dos EUA num momento em que o “privilégio exorbitante” do monopólio da emissão da moeda do mundo parecia estar sob ameaça. A lição que fica é: os EUA não economizam munição quando se trata da defesa de sua condição hegemônica!

A agressividade que se revela nos tempos atuais parece refletir a condição de “fera acuada” diante de uma condição de hegemonia outra vez contestada, em particular pela emergência da China nas suas diferentes dimensões: monetária/financeira, tecnológica/produtiva e geopolítica/militar.

Assim, neste retorno de Trump ao poder, testemunha-se um movimento de questionamento do funcionamento e da legitimidade das instituições liberais forjadas no contexto do pós-II Guerra Mundial, indicando uma tendência de paulatina de erosão dessas mesmas.

Um exemplo ilustrativo desta situação é a implosão dos órgãos arbitrais da OMC por parte dos próprios EUA. Uma vez que a ideia de se chutar a escada e deter o desenvolvimento das forças produtivas chinesas necessita de um conjunto de medidas flagrantemente ilegais perante os princípios que norteiam a OMC – cláusula da nação mais favorecida e não distinção de tratamento entre capitais nacionais e estrangeiros –, tal instituição deixa de ser funcional à preservação da hegemonia americana no atual contexto.

Como resultado, no debate político e econômico internacional, o que se espera é que as ações do *hegemon*, ao questionar as próprias instituições que solidificaram sua dominância, ocasionem uma perda de legitimidade política dos preceitos liberais. Ou seja, ao explicitar sem nuances e quaisquer preocupações com ritos, liturgias e símbolos a estratégia do *America First*, o movimento político *Make America*



Great Again deslegitima por dentro diversas dimensões sob as quais se construíram as diretrizes de política econômica aconselhadas há décadas pelo *establishment* internacional.

Assim, espera-se que, contraditoriamente, a retórica trumpista abra espaço para maiores graus de atuação dos Estados nacionais periféricos na formulação de estratégias de desenvolvimento. É ocioso dizer que a configuração destas estratégias é influenciada fortemente pelas correlações de forças políticas domésticas e pela capacidade de se contrapor a uma divisão internacional do trabalho hierárquica e assimétrica.

Entretanto, imagina-se que o impacto simbólico da reorientação explícita despida de quaisquer pudores por parte do suposto farol da sociedade ocidental não possa ser subestimado.

Conclui-se que como resultados destes movimentos de se recolocar a nação e o desenvolvimento das forças produtivas no centro do debate econômico, ironicamente, Trump legitima, ainda que de maneira vulgar, toda uma tradição de pensamento econômico que remete à Friedrich List.

Por outro lado, ao explicitar ao *mainstream* liberal o caráter hierárquico e assimétrico do sistema internacional, a estratégia de Trump também promete ter impactos não desprezíveis no conjunto de países que tem se organizado nas últimas décadas para demandar a formação de uma nova ordem econômica internacional.

* É economista e professor associado do IE-Unicamp.

** É economista e professor associado do PPGEc-UFSCar.





Governo Trump: ameaças e possibilidades para a economia brasileira

Juliane Furno*

Pedro Faria**

■ O início do mandato de Donald Trump enseja numerosas especulações sobre o futuro. Diversos temas tomam novos contornos, como a reorganização e a possibilidade de maior fôlego da extrema direita; a problemática humanitária com o tema das imigrações; e a urgência das questões ambientais, negligenciadas pelo negacionistas climáticos, para ficar nos principais. No campo econômico, o governo Republicano também tensiona as análises daqueles que apostavam em uma saída mais “estável” do ponto de vista da opção por um neoliberalismo de características mais tradicionais, representado pela candidatura de Kamala Harris.

Desde 2008 o capitalismo vive mais uma das suas crises cíclicas. No entanto, diferentemente das crises anteriores, essa parece ainda não ter cumprido o seu desígnio de reorganizar os capitais em um grau qualitativamente superior de acumulação, retomando suas taxas de crescimento sob novas modalidades de exploração dos mais pobres. De lá pra cá, muito embora os trabalhadores es-



Juliane Furno



tenham pagando pela crise, as taxas de crescimento e dos lucros dos capitalistas não voltaram à “normalidade”. A solução para a crise do capitalismo neoliberal foi encontrada dentro dele próprio, na medida em que gestou novas variantes do neoliberalismo, agora prescindindo de algum liberalismo nos valores e apostando em saídas conservadoras e autoritárias na política para preservar as liberais na economia.



Pedro Faria

Esse cenário de mudança, paradoxalmente, colocou em xeque as próprias instituições erigidas pelos EUA na virada da década de 1980, expressas na globalização produtiva e financeira e na plena liberdade comercial. A globalização produtiva deslocou parte importante da indústria para o Leste Asiático, deslocando os típicos empregos de classe média da economia americana para a China e ameaçando a hegemonia norte-americana no campo tecnológico e agora, também, monetário-financeiro.

Buscando retomar seu protagonismo, em tempos de crise capitalista e de ameaça ao imperialismo estadunidense, Donald Trump propõe à economia americana aquilo que a fez forte no passado: protecionismo e forte ativismo estatal para garantir a acumulação privada nacional. É sob esse cenário que conseguimos entender melhor os possíveis impactos das medidas propostas de política econômica para o Brasil.

Os primeiros possíveis impactos são os mais óbvios e mais diretos: as medidas protecionistas, com tarifas de importação entre 10 e 20% e de até 100% para alguns setores da economia chinesa, deve significar um esfriamento dos fluxos no comércio mundial, e para o Brasil – que tem nos EUA seu segundo maior parceiro comercial – pode significar redução das nossas exportações, especialmente ferro e aço. As medidas protecionistas também podem ter efeitos indiretos: a redução da demanda norte-americana por manufaturados chineses pode reduzir a demanda chinesa por produtos primários brasileiros (minério de ferro, petróleo cru). Menos exportações impactam negativamente a nossa balança comercial, o que impacta a nossa formação de reservas internacionais.



Além disso, com os produtos importados custando mais caro aos cidadãos americanos, a tendência é que haja elevação dos preços domésticos, impactando no aumento da inflação. Como os Bancos Centrais costumam tratar a inflação como um problema meramente monetário, sua forma de atenuar o aumento de preços costuma ser via elevações da taxa básica de juros. Dado o caráter dependente da economia brasileira e a posição frágil do real na hierarquia internacional de moedas, qualquer aumento nas taxas de juros americanas significa aumentos maiores na nossa taxa básica de juros, a Selic. O impacto da taxa de juros elevada é o encarecimento do crédito e aumento das despesas financeiras de empresas e famílias, causando redução do investimento, queda no consumo e desaceleração econômica, com impactos deletérios sobre o emprego e a renda.

Há, ainda, a possibilidade de manutenção de uma política de dólar forte, tanto em função do aumento da taxa de juros americana quanto em função da desorganização do cenário internacional, que impele aos donos do dinheiro um comportamento de aversão ao risco, mantendo seus recursos no lugar mais seguro, que são os títulos da dívida pública americana, em detrimento da sua operação em outras economias, como a brasileira. Com o dólar valorizado, as importações brasileiras ficam mais caras, com impactos na elevação do custo de vida e pressões inflacionárias internas, pela via da taxa de câmbio.



No entanto, há um outro impacto, indireto, que pode nos ser benéfico, se soubermos aproveitar a oportunidade com soberania. As ações iniciais do governo Trump indicam um maior acirramento dos conflitos políticos e da guerra comercial com a China. No entanto, nas primeiras semanas de mandato, a confrontação com a China ficou em segundo lugar, com Trump dando preferência a uma tentativa de reorientar a relação com seus aliados mais próximos da Otan e com países vizinhos, como Canadá e México. Neste cenário de maior tensão entre as grandes potências econômicas e de desorganização da coalizão de aliados dos Estados Unidos, as margens de manobra para os países periféricos barganharem nessa disputa costumam ser maiores. O Brasil é um país de caráter estratégico, ambas as nações devem buscar uma maior aproximação visando a um melhor posicionamento político e econômico, não somente aproveitando-se das nossas potencialidades internas, mas da liderança do Brasil na América Latina. Nesse sentido, surgem arestas para barganhar melhores acordos, transferência de tecnologia e acordos de cooperação.

A reorientação geopolítica pode se traduzir em oportunidades econômicas para o Brasil, principalmente a partir do abandono da agenda de combate à crise climática e transição energética por parte dos EUA. O fim do *Inflation Reduction Act* (IRA) deve reduzir os incentivos para investimentos verdes nos EUA, que podem ser atraídos para o Brasil. Setores como biocombustíveis, energia renovável (eólica, solar) e combustíveis verdes (hidrogênio verde e seus produtos) se apresentam como candidatos para atração de investimentos, dada as vantagens competitivas e geográficas do Brasil.

Em nossa avaliação, o melhor caminho para o Brasil seria apostar no isolamento da economia americana na região, aproveitando o momento de tensão para potencializar alianças que contribuam para um mundo mais multipolar. Dessa forma, privilegiar a atuação junto aos Brics como um bloco que vocaliza mais do que interesses pragmáticos/comerciais, mas tendo como identidade central os países do Sul Global, poderia ser um caminho de enfraquecimento do imperialismo americano, sobretudo mediante o enfraquecimento do dólar como moeda reserva e de trocas internacionais e buscando construir acordos com países que se pautam por outras lógicas de compartilhadas, especialmente prezando pela autodeterminação nacional.

Além disso, o Brasil é o membro fundador dos Brics, que mantém relações mais próximas com os países da esfera de influência norte-americana (União Europeia, México, Canadá, Colômbia), que estão sendo forçados a repensar sua relação com Washington. Este posicionamento permite que o Brasil possa atuar como facilitador na ampliação do



relacionamento destes países com o bloco dos Brics, liderado por China e Rússia. Desta forma, seria possível acelerar o enfraquecimento do imperialismo americano, contribuindo para uma rota de fuga para os países sob a esfera de influência dos Estados Unidos.

** É economista e professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj.*

*** É petroleiro, economista graduado pela UFMG e doutor em História pela Universidade de Cambridge.*



Trump 2: freio de arrumação do imperialismo norte-americano

Júlio Miragaya*

■ O imperialismo norte-americano vem colecionando alguns fracassos importantes ao longo das últimas décadas. Da vexatória derrota para o Vietnã, passando pela Revolução Iraniana, ele se depara agora com a emergência da China. Claro que obteve sucessos relevantes. No mais importante deles, colapsou o socialismo burocrático da União Soviética e seus satélites do Leste Europeu, mas é inegável que o imperialismo norte-americano hoje não tem o mesmo vigor do que foi no imediato pós-guerra. O que a classe dominante dos EUA, capitaneada pelas *big techs* e pelo mercado financeiro, busca com Trump é uma tentativa desesperada de tentar restaurar a ampla dominação sobre o planeta que exerceu até há quatro ou cinco décadas.

Trump e os problemas reais do povo norte-americano

Não se viu da parte de Trump, na recente campanha eleitoral ou em seu discurso de posse, qualquer referência a ações ou programas para solucionar





os graves problemas que o povo norte-americano vive. Como justificar a ausência, no país mais rico do mundo, de um plano de saúde universal e gratuito? Do mesmo modo, milhões de famílias passam anos juntando um dinheirinho suado para poder bancar os estudos de seus filhos em universidades.

E o drama das moradias, com milhões de famílias que vivem o “terror” das hipotecas, permanentemente acossadas pelos bancos, ou ainda pior, o mais de meio milhão que estão morando nas ruas. Trump fala em trazer os empregos de volta para os EUA, mas o que vemos na América é o avanço sistemático do trabalho precário (são mais de 27 milhões trabalhando por aplicativos de todo tipo) e o rebaixamento dos salários. O salário mínimo é de pífios US\$ 7,25/hora, uma miséria ante o elevado custo de vida.

Como Trump nada tem a dizer sobre como solucionar os reais problemas do povo, recorre a discursos diversionistas, prometendo ações estapafúrdias como a deportação de milhares de imigrantes ilegais e a proibição de que filhos de imigrantes nascidos nos EUA obtenham a cidadania americana.

E no plano externo, busca atizar o sentimento de superioridade dos EUA no planeta, cogitando reanexar o Canal do Panamá; comprar ou invadir a Groenlândia; anexar o Canadá como o 51º estado norte-americano; e a cínica proposta de transformar a devastada Faixa de Gaza numa espécie de Riviera Francesa.

Retumbante vitória de Trump ou derrota dos Democratas?

Se é fato que se Trump não apresentou qualquer proposta para solucionar os reais problemas da maioria do povo norte-americano, tampouco Kamala Harris ou Joe Biden o fizeram. Os programas de ambos são espantosamente semelhantes. A pergunta que se faz é: Foi Trump quem venceu ou foram os democratas que perderam?

Me parece que pende mais para o segundo caso, pois o problema maior dos democratas não era a senilidade de Biden, mas a situação econômica e social do país, pois não passa de falácia o bom desempenho da economia norte-americana: a cada ano sua indústria recua ante à chinesa; os salários estão estagnados desde 2000; a renda média caiu 2,3% em 2022; a taxa de desemprego de 3,8% mascara a ocupação de milhões em empregos precários (só em atividades por aplicativos são 23 milhões) e 42 milhões (12,4% da população, um a cada oito) vivem abaixo da linha de pobreza, essencialmente negros e hispânicos.

Democratas e Republicanos defendem o Estado Mínimo; incentivam o trabalho precário; promovem uma brutal concentração da ren-



da (o 1% mais rico aumentou sua participação na renda nacional para 22% e na riqueza, para mais de 30%) e reprimem a imigração e as minorias negra e hispânica. Na política externa, ambos defendem a “guerra comercial” contra a China; a expansão da Otan para o Leste e as provocações à Rússia; e apoiam o massacre de Netanyahu em Gaza e as sanções ao Irã, Cuba e Venezuela. Quanto às mudanças climáticas, um nega e o outro finge que a combate (basta ver os incentivos à extração de óleo e gás de xisto sob Obama e Biden).

A diferença está no discurso. Em 2016, saiu o burro, entrou o elefante; em 2020, saiu elefante, entrou burro; em 2024, saiu burro, entrou elefante. Provavelmente em 2028 veremos a queda do elefante e a volta do burro.

Impactos econômicos

A principal ameaça de Trump é impor tarifas sobre produtos importados, sejam de países aliados ou do Brics. Mas parece que se trata de chantagem ou mesmo blefe, pois tal medida pode resultar num tiro no pé. Os EUA são os maiores importadores do planeta, os produtos importados constituem parcela muito expressiva do consumo de bens de consumo e intermediários e sobretaxá-los terá forte impacto nos seus preços internos.

Impor um tarifaço para Canadá e México significa implodir o Nafta. Impor à China poderá não ter o efeito desejado, visto que a China é hoje menos dependente do mercado norte-americano. A grande maioria dos países asiáticos, africanos e latino-americanos tem na China seu principal parceiro comercial. Que fique claro que os EUA não têm a menor chance de fazer com a China o que fizeram com o Japão na virada da década de 1970 para 1980, quando, ameaçados pela competitividade da indústria japonesa, os forçaram a desvalorizar o iene. Há quatro décadas o Japão, estagnado, tenta se recuperar do tombo.

O cenário geopolítico: o imperialismo norte-americano perde tração

Em 1946, em São Francisco, os EUA comandaram a criação da ONU (sediada em N. York) e controlam seu Conselho de Segurança (CSNU), integrado pelas 5 potências vencedoras da 2ª Guerra Mundial. Bastante à vontade, os EUA e seus aliados não precisaram de um consentimento do CSNU para bombardear e/ou invadir o Iraque, Afeganistão, Líbia, Bósnia, Somália etc. Por décadas os EUA comandaram a arena política do planeta, tendo formado na década de 1950 a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e blocos como o Aukus (EUA, Grã-



-Bretanha e Austrália) e o Quad (EUA, Japão, Austrália e a incauta Índia), ambos para fustigar a China.

É fato que o imperialismo norte-americano, durante a Guerra Fria e, mais ainda após o colapso da União Soviética, fez o que quis planeta afora. Desde 1946, só na estratégica região do Oriente Médio, os EUA investiram fortemente na sustentação de regimes aliados, que garantiram vasto fornecimento de petróleo e gás. Foram quase US\$ 2 trilhões em vendas de armas e assistência militar e econômica para os países da região, sendo US\$ 360 bilhões para Israel. Outro US\$ 1,5 trilhão foi para outra região estratégica, a bacia do Pacífico (Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Austrália), em claro cerco à China.

Já na arena econômica, os EUA e seus aliados europeus dão as cartas nas organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) etc. E o “pulo do gato” se deu em 1976, três décadas após o fim da 2ª Guerra Mundial, com a constituição do G-7, agrupando as quatro potências capitalistas vencedoras (EUA, Grã-Bretanha, França e Canadá) e as três potências perdedoras (Alemanha, Japão e Itália). Seu objetivo era consolidar o domínio das grandes potências capitalistas.

Trump, frente ao Brics e ao G-20

Por anos o restante do planeta se viu desarticulado. Os países do “socialismo burocrático” estavam agrupados no frágil Comecon e no Pacto de Varsóvia e os demais, os do chamado “Terceiro Mundo”, no G-77, um bloco heterogêneo constituído em 1964 por 77 países (hoje são 134), mas que nunca obteve expressão política relevante.

Tendo em vista suas sub-representações nos fóruns internacionais e buscando maior expressão política, os quatro principais países do chamado Sul Global (China, Índia, Rússia e Brasil, países com vasta extensão territorial, grande contingente populacional e economia emergente), capitaneados pela China, constituíram em 2006 o Brics, buscando uma aproximação e uma articulação para defender seus interesses, e que teve a posterior absorção da pequenina África do Sul. Logo se percebeu a força política do grupo, que representava 30% da superfície terrestre, 40% de sua população e 30% de sua economia (PIB/PPC).

A reação das potências ocidentais foi o convite para que os cinco países do Brics mais Indonésia, México, Turquia, Arábia Saudita e Argentina, além da Austrália, Coreia do Sul e UE, se juntassem ao G-7 e formassem o G-20. Esse se formou num momento em que o planeta vive uma espécie de prorrogação da chamada fase senil do sistema capitalista. Nada mais tendo a oferecer à humanidade, o capitalismo,



para se perpetuar, lança mão de todos os recursos. A inexorável tendência de queda da taxa de lucro, que sempre ameaçou a acumulação do capital, tem sido driblada pelo avanço da economia fictícia, expressa numa extrema financeirização; e na economia real, pela violenta precarização das relações de trabalho. Nesse cenário, a briga pela hegemonia entre EUA e China é crescente.

No momento em que Trump assume, a influência dos EUA vai ficando restrita ao bloco europeu, às ditaduras do Golfo Pérsico e à bacia do Pacífico (Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Austrália). Os EUA assistem perplexos à China, no velho estilo chinês, ir “comendo pelas beiradas”, ampliando e fortalecendo o bloco do Brics. O ingresso da Indonésia e a prevista adesão plena da Nigéria agrupam no Brics quase todas as potências regionais do chamado “Sul Global”, ficando por acontecer apenas os ingressos do México, Turquia e Paquistão. É o processo que Trump procurará estancar. E em se tratando de imperialismo, não se pode descartar a guerra.

** É mestre em Planejamento e Gestão Territorial e doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (2016/17) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2011/14), é atualmente assessor da Liderança do PT no Senado Federal e professor voluntário do Núcleo de Estudos da Amazônia da UnB.*



A república imperial norte-americana e o choque de competitividade

Bernardo Kocher*

■ A ascensão de Donald Trump ao seu segundo mandato presidencial expõe com nitidez a natureza da situação geoeconômica tensa dos Estados Unidos da América no presente momento. Esta se deve à situação relativamente desvantajosa na correlação de forças em termos de competitividade econômica com novas forças oriundas de Estados Nacionais e associações entre entes nacionais que ameaçam a posição até aqui privilegiada da economia norte-americana. Tratamos aqui basicamente de três atores que consideramos os maiores desafios a serem enfrentados pelo novo governo: a República Popular da China, a Federação Russa e o grupo Brics.

Estes atores têm imposto nas últimas duas décadas (ou ameaçam impor no futuro) fortes reverses para a estrutura de poder econômico, político e até militar da qual os EUA têm sido líderes desde o final da 2ª Guerra Mundial. Seu papel de liderança incontestada se manifesta pelo predomínio nos processos de inovação científica, social, organização do processo produtivo, financei-





ro, comunicacional e, associado a isto, sua capacidade de desenvolver mercados consorciados à sua economia. A democracia em que todos estamos acostumados a nos socializar possui um tônus espelhado nos partidos políticos, na cultura democrática e instituições liberais que este país desenvolveu e impôs como modelo. A industrialização calcada no sistema taylorista-fordista, o padrão de consumo elevado que ele requer e, por consequência, o dólar tornaram-se paradigmas. Mesmo a constituição de um novo formato gerencial produtivo, o toyotismo, não nega e por vezes não consegue superar totalmente as suas origens no interior da cultura empresarial estadunidense. O poderio militar norte-americano, o fator menos afetado de imediato pela elevação da projeção de poder existente e potencialmente expandida dos competidores, é o baluarte de um processo de contínuas intervenções com fins políticos em várias partes do mundo. Daí a necessidade de contínua militarização dos competidores, tendo como parâmetro a capacidade norte-americana em emprestar seu poderio para a sua política externa ou para seus principais aliados. Mas aqueles estão longe de lograrem superar o predomínio norte-americano no setor.

Será dentro deste quadro de evolução contínua da ampliação das capacidades produtivas e estratégicas dos competidores aqui qualificados e as fortes inflexões das políticas norte-americanas para reagir a esta perda de exclusivismo na formulação de modelos institucionais e econômicos onde deve ser compreendida a desarticulação dos mecanismos de projeção de poder norte-americano desenvolvidos durante a Guerra Fria. Assim, nossa observação é focada principalmente após o fim do conflito bipolar, onde encontraremos as bases para tratar do processo de enfrentamento da perda do monopólio norte-americano de definição de meios materiais e imateriais que constituem nossa vida social.

Este quadro delineado acima é geralmente tratado como sendo uma “crise”, no mais das vezes “de hegemonia”, sendo assim terminal. cremos, no entanto, que o processo de perda relativa de projeção de poder norte-americano não se constitui no ocaso da capacidade dos EUA de desenvolver e manter seu poderio; trata-se, em nossa compreensão, de uma fase de adaptação a um sistema internacional competitivo como nunca antes ocorreu na História Econômica. Assim, a análise do governo que ora assumiu deve considerá-lo exatamente como ele é, e não como algo que já está previamente desenhado no interior de uma suposta “crise” insuperável: o fim de uma fase (o fim do exclusivismo norte-americano) e a tentativa de recuperá-lo de forma unilateral (e não consensual com parceiros tradicionais).

Não é a primeira vez que os EUA enfrentam limites à continuidade do seu exclusivismo de poder. Em 1979, ao aplicar o choque dos



juros nos seus títulos da dívida pública mobiliária federal, o processo de “freio de arrumação” da geoeconomia mundial através da “diplomacia do dólar forte” e da 2ª Guerra Fria viabilizaram a superação de uma plethora de crises, sendo a mais proeminente a econômico-financeira. Dez anos mais tarde, após o fim da URSS, não se pensava ser necessário reorganizar as regras de manejo da economia mundial, apenas ampliá-las com a incorporação de novos aliados do antigo mundo comunista. Estes passaram a construir suas economias de mercado aos moldes definidos pelas instituições controladas pelos EUA (basicamente o FMI e o Banco Mundial) e seus aliados preferenciais, os países da Europa centro-ocidental. Não era tangível naquele momento qualquer contestação ao poderio dos tradicionais e principais países líderes mundiais, alocados no interior da aliança transatlântica. Esta amálgama, avaliava-se então, iria resistir aos processos de competição entre seus membros e destes com o mundo exterior a este conglomerado. Parecia que a parceria formada para a reconstrução no pós-2ª Guerra Mundial iria continuar após o fim da Guerra Fria.

Esta projeção não se concretizou. Várias crises financeiras (Queda da Bolsa de Valores de 1987, Crise Asiática de 1997, Crise Russa de 1998, Crise Brasileira de 1999, Crise do Subprime de 2007-2010) questionaram de forma não definitiva o modelo de gestão da economia financeirizada que fora estabelecido com clareza no governo de Bill Clinton (1993-2001). Este se caracterizou pela abertura de mercados através de centenas de acordos comerciais e desregulamentação financeira radical da economia nacional. Ambas medidas estavam



vestidas com o manto da ideia de que o mundo estava em processo de aperfeiçoamento da “globalização”.

É este modelo formado no início da década de 1990 que está agora sob crítica acerbadada (não necessariamente em crise) do novo mandatário norte-americano. Aquela estrutura de poder econômico-financeira foi forte o suficiente (diferentemente do ocorrido em 1929) para enfrentar e superar crises econômicas globais, mas não está preparada para lidar com o potencial devastador da associação do desenvolvimento industrial e militar russo e chinês e as ambições de conquistarem um novo papel na economia mundial representado pelo grupamento Brics.

O impasse do *mainstream* político norte-americano foi representado no último pleito eleitoral por duas tendências distintas na forma de lidar com o problema. Esta disputa se consolidou da seguinte forma: mudar ou não as estruturas do poderio econômico e militar norte-americano. O impasse já estava presente no primeiro mandato de Donald Trump, mas parecia ser aos olhos do grande público uma esquisitice, um “ponto fora da curva” ou a manifestação do nazifascismo da nova extrema direita norte-americana. Além disto, a pandemia de Covid-19 inibiu o desenvolvimento de políticas públicas e ações governamentais assertivas, dada a prioridade à atenção que deveria ser dispensada ao problema sanitário. Neste novo quadriênio em que ocupará o poder, com o sucesso da Operação Especial implementada pela Federação Russa na Ucrânia, a contínua ascensão do desempenho econômico chinês e a desastrosa legitimação de uma política social genocida contra o povo palestino aplicada pelo Partido Democrata, a opção pela mudança tornou-se mais consistente para o eleitorado norte-americano. Este ainda assim produziu apenas um resultado que demonstra mais o afastamento dos democratas, seus métodos burocráticos de tratamento dos problemas da classe trabalhadora e sua ação tóxica de apoio à política social genocida na Palestina do que realmente aceitação do reformismo (apenas) embutido (e não apresentado como um projeto macroeconômico consistente) no interior do discurso caótico do republicano de extrema direita.

Assim, tendo chegado ao poder com uma proposta reformista incompleta e uma base social claudicante, Donald Trump desenvolve uma percepção de que o que importa é repor por quaisquer meios a capacidade econômica perdida do seu país, vista como sabotada pela globalização econômica. Ele procurará restaurar um ambiente de negócios pela rapina de meios materiais não americanos que ajudem a diminuir custos e ampliar lucros do capital produtivo de seu país. Daí surgirão os empregos essenciais ao equilíbrio social perdido pela financeiriza-



ção vertiginosa da economia americana. Afinal, este ambiente adverso ao capital produtivo foi implantado trinta anos atrás por um presidente democrata. Mas a falta de coerência do novo mandatário se manifesta vivamente. Primeiro ao defender o livre mercado, mas ao mesmo tempo o estabelecimento de tarifas protecionistas. Segundo por afirmar que vai cobrar das autoridades monetárias medidas administrativas para a redução da taxa de juros. Estas ações voluntárias remetem seu programa econômico ao universo do improviso.

Lembremos aqui a articulação durante a década de 1970-1980 pela classe dominante do capitalismo desenvolvido em instituições *think tanks* (Comissão Trilateral e Fórum de Davos), que levaram à elaboração de uma robusta política de valorização fictícia do capital e implantação de programas de desregulamentação estatal, cortes de direitos sociais e reformas institucionais que acompanharam a aplicação da subida da taxa dos juros em 1979. Deste conjunto de saberes e consensos elaborados previamente é que surgiram dois neologismos cruciais para o universo do pensamento e práticas neoliberais: globalização e governabilidade.

Em meio ao seu caótico modo de pensar e prepotente de agir, somos obrigados a intuir, mais do que analisar com base em um sistema de propostas minimamente desenvolvidas, uma possível lógica econômica que virá nos próximos anos do governo norte-americano. Seus impactos sobre a economia mundial serão, também, um enigma da esfinge: “decifra-me ou te devoro”.

Sem nenhuma preparação prévia e nem conquista de novos aliados além das suas bases eleitorais, sua perspectiva volta-se para setores internos que parasitariamente esperam benefícios oriundos de tarifas protecionistas ou revalorização de ativos que estão paralisados pelas novas formas de produção e consumo. Dada esta inconsistência programática e social, Donald Trump conta, para o sucesso de suas medidas, com apenas dois fatores: força física e sorte.

Não é de surpreender, coincidentemente ou não com o início do novo governo, que a República Popular da China tenha tornado público e operacional um novo mecanismo de inteligência artificial a ser utilizado pelo usuário comum, o Deep Seek. Sua superioridade técnica (menor investimento e custo de implementação, maior capacidade de processamento e menor consumo de energia) e sua ilimitada amplitude social (código aberto) tornam claro que um dos fundamentos basilares da economia política norte-americana (pensamento e atuação econômica dos agentes econômicos) foi mortalmente atingido. A incapacidade ao menos momentânea da iniciativa privada e governo norte-americano em reagirem a um verdadeiro “soco na boca do estô-



mago” competitivo indica o quão longe está o capitalismo liberalmente concebido e globalizadamente implementado de estabelecer parâmetros para a reprodução da vida social e econômica.

Quando da derrota política e militar dos americanos no Vietnã, Raymond Aron escreveu um verdadeiro libelo pró-América: *A República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra* (Rio de Janeiro, Zahar, 1975). Neste trabalho o autor caracteriza o papel saudável de liderança hegemônica tanto quanto de mandatário monárquico exercido pelos EUA sobre o conjunto das nações inseridas na órbita ocidental. O revés causado pela saída do Vietnã sem promover a mudança do regime político do país não abalou, segundo Aron, o *soft power* da potência líder.

O risco que vemos em Donald Trump, dando certo ou não seu modelo econômico, é que sejamos forçados a reconhecer que o que ele está construindo é um “império republicano”. Se este limite não for rapidamente resolvido, a economia americana continuará propensa à dissabores na ampliação de mercados através da inovação científica e tecnológica. Se assim for, só restará a guerra predatória de conquista por parte dos EUA para (quem sabe) reaver sua capacidade de ser uma república imperial.

* É professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF).





O mercado do fim do mundo

Rita Coitinho*

■ Desde que venceu as eleições, Trump vem sacudindo o mundo com suas declarações agressivas sobre os interesses dos EUA e suas relações exteriores. É um comportamento conhecido, de certo modo já aplicado em seu primeiro mandato, com a diferença que da primeira vez Donald Trump parecia buscar ser aceito no ambiente da diplomacia, combinando seu estilo típico de um “homem de vendas” que utiliza as técnicas agressivas com os métodos de negociação que prevalecem no ambiente das relações internacionais. Neste segundo mandato, Trump está em uma situação diferente da anterior: seu partido detém a maioria em todos os três poderes, dando-lhe confortável margem de segurança para tomar decisões que na gestão anterior acabavam retidas pelo Congresso ou em debates difíceis no Judiciário. Com uma equipe de governo integrada por alguns outros megaempresários, Trump vem aplicando na política interna e externa métodos que talvez soem um pouco bizarros para o glossário político do século XXI, mas que são muito conhecidos no mundo dos negócios.

Técnicas agressivas de vendas são mecanismos discursivos concebidos para levar o cliente a tomar uma decisão rápida e realizar a compra de maneira intempestiva, sem pensar muito. Geralmente utilizam-se da criação de um sentimento de urgência, tanto pelo uso de ferramentas psicológicas de pressão quanto por artimanhas de sedução e exploração de sentimentos. No ambiente das grandes empresas, muitos dos exe-





cutivos mais bem-sucedidos são aqueles que aplicam essas ferramentas com maior sucesso. Esse ambiente é a *alma mater* de Donald Trump e de figuras como Elon Musk e demais bilionários que compõem o *entourage* do presidente. É por isso que vale a pena gastarmos algumas linhas com o tema.

Uma das técnicas utilizadas é a de criar um sentimento de urgência no comprador: geralmente os vendedores que utilizam métodos agressivos buscam criar nos clientes a sensação de que é urgente decidir pela compra, já que o estoque, ou a “oportunidade”, é escasso. Trump também mantém a adrenalina dos atores políticos em alta, anunciando que ações imediatas são necessárias para deter o declínio econômico e para “resolver” os temas ligados à imigração ilegal.

Outro estratagema comum é o de se criar uma situação de alta pressão: vendedores agressivos são persistentes em apresentar seu produto e raramente aceitam um “não” como resposta. De forma semelhante, Trump mantém um estilo de confronto permanente e abordagens persistentes, mesmo quando recebe uma negativa (um excelente exemplo é o tema da Groelândia). Em vendas também podem ser exploradas ferramentas de manipulação emocional. Trump também apela, com frequência, para as emoções, em especial o medo e a culpa, com histórias sobre aborto, imigração e outros temas com apelo popular. Ele também utiliza permanentemente o nacionalismo como forma de manter sua base emocionalmente comprometida. Vendedores também utilizam a manipulação dos sentimentos dos seus clientes, como o medo (de perder uma oportunidade única) e a culpa (de ter ocupado o vendedor por tanto tempo e depois deixá-lo na mão).



A linguagem assertiva também é uma técnica de vendas. Quem nunca ouviu de um vendedor a frase “quando é que você vai comprar o seu?”, como se a compra fosse algo já decidido, bastando ao cliente a decisão sobre o momento de realizá-la (por que não agora?). Trump nunca tem dúvidas da vitória de suas políticas e ações: “vamos fazê-lo”; “vamos vencer”; “vamos pegar a Groelândia”.

O estilo de Trump de sempre fazer declarações exageradas, como a de que pode resolver a guerra da Ucrânia sozinho, equivale ao do vendedor de produtos miraculosos, cujas reais qualidades são geralmente muito inferiores às do anúncio. Trump também tira proveito do que os norte-americanos chamam de FOMO (*fear of missing out*). Em vendas, é quando o anunciante diz que “essa promoção é por tempo determinado” e os clientes compram rápido, com medo de perder a oportunidade. Trump sempre tem uma solução apresentada como “imediata”, que precisa ser realizada rápido, sob o risco de “tudo” ser posto a perder. Com isso, mobiliza sua base de apoio para medidas imediatistas e geralmente antidemocráticas, como a permissão para que a polícia migratória (ICE) adentre às escolas a fim de capturar menores de idade que são filhos de imigrantes ilegais.

A técnica de dominar a conversação, típica do mundo dos negócios – do vendedor de colchões ao alto executivo – também é uma das preferidas de Trump, desde os debates presidenciais das eleições. Trump nunca recua. Inventar argumentos no momento, mente descaradamente. O importante é impedir objeções e estar sempre no ataque, ignorando perguntas indesejáveis e mantendo o controle da situação, como ele costuma fazer em suas entrevistas coletivas.

Mas para além da técnica discursiva, qual é o objetivo de Donald Trump? Claramente, o que o mandatário almeja é obter, para os EUA, alguns ganhos imediatos em questões delicadas, evitando longas negociações e possíveis fracassos. A hegemonia dos EUA vem sofrendo reveses nos últimos anos e já não é possível impor agendas com tanta facilidade, como foi no tempo de Theodore Roosevelt e sua política do *Big Stick*, ou mesmo no imediato pós-guerra, quando o continente foi enredado na lógica da Guerra Fria, com interferências diretas da diplomacia e do serviço secreto dos EUA em todos os países do continente.

Buscando retomar o controle da América Latina, cujos governos nas últimas décadas buscaram diversificar parcerias e superar a dependência comercial em relação aos Estados Unidos, Trump optou por causar pânico, na expectativa de obrigar os governos da região a cederem aos seus interesses, deixando-os sem tempo para buscar alternativa. Com o Panamá a estratégia de “pegar ou largar” trouxe resultados, com o país centro-americano recuando de seus recentes acordos



com a China. Mas com o México de Cláudia Scheinbaum, Trump teve que negociar, visto que o país anunciou tarifas equivalentes às prometidas por Trump (25%). De todo modo, nesses primeiros momentos de seu governo, Trump vem conseguindo dominar a agenda política na América Latina a partir de suas ameaças, criando um sentido geral de urgência nas nações do continente para tratar de temas como imigração, tarifas e acordos comerciais com outros países – especialmente com a China. Um bom exemplo dos efeitos dessa tática agressiva para a América Latina é a atitude da diplomacia brasileira, que parece ter optado por imprimir “baixo perfil” a fóruns estratégicos como o Brics, além de buscar anunciar que suas negociações com a China são pautadas pela cautela, sinalizando que o país não deseja entrar em confronto com os EUA.

Mas somente a técnica não é capaz de garantir o sucesso – nem do vendedor e nem do Presidente da República – se os termos do contrato forem muito ruins. O México é um excelente exemplo. Assim como a pressão sobre a Dinamarca para que não se oponha à anexação da Groelândia. Pode ser que Trump obtenha o território para os EUA. Mas o preço é alto: o descolamento da Europa do “eixo atlântico” pode finalmente acontecer. Esse movimento já deu alguns sinais durante o primeiro governo Trump e foi revertido pela política de guerra de Biden, que forçou a revitalização da Otan com a guerra da Ucrânia e criou uma nova coesão euro-atlântica baseada no conflito com a Rússia. A exigência de Trump de que os europeus ampliem seus repasses à Otan para que ela siga existindo e o absoluto desrespeito à soberania de um Estado europeu sobre a ilha da Groelândia, além da aberta cooperação das gigantes de tecnologia (como o X e a Meta) com o partido de oposição ao *status quo* alemão (a neofascista AFD), vêm causando reações dos governos europeus. Some-se a isso a exaustão das populações do velho continente com os efeitos da guerra – em especial a crise energética gerada pelo corte no fornecimento de gás russo e o fechamento, pela Alemanha, de suas usinas nucleares – e tem-se uma situação em que as próprias frações dominantes que apoiaram a ruptura com a Rússia passam a aventar uma reaproximação.

Um mês de governo é muito pouco para se arriscar previsões. No entanto, um mês foi suficiente para que comecem a se evidenciar os limites da “ousadia” trumpista em suas relações como mundo. O cenário internacional de nossa época é muito diferente do que povoa o imaginário dos líderes do M.A.G.A., aparentemente estacionados nos tempos do *Big Stick*. Se as ameaças falharem, o que Trump poderá fazer? Uma guerra tarifária, para deteriorar ainda mais as condições de vida do próprio povo dos EUA? Parece que Trump, que aposta nisso, já começa a



colher os frutos amargos de sua decisão. É possível que os bilionários que estão no poder nos EUA apostem, no médio prazo, nos efeitos de uma guerra comunicacional, pensada para dominar a opinião pública e derrocar governos mundo afora. A resistência passará pela criação, pelos governos soberanos de todo o mundo, de mecanismos eficazes para restringir a expansão do poder das grandes corporações que hoje dominam parte significativa do fluxo de informações mundiais.

** É socióloga no Instituto Brasileiro de Museus/MinC, tradutora, mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Escreve regularmente sobre política internacional para o portal Opera Mundi.*





O retorno de Trump ao comando dos EUA: plutocracia e novas turbulências geopolíticas

Debora Garcia Gaspar*

■ Donald Trump foi empossado, pela segunda vez, no dia 20 de janeiro. Para o campo progressista, a sensação de derrota é inescapável. O retorno do republicano ao Salão Oval da Casa Branca, que redefiniu o próprio Partido Republicano em torno de sua marca pessoal, é inequivocadamente associado a discursos perigosamente simplificadores e dicotomizantes, acompanhados de políticas violentas e divisivas – a começar pelas dezenas de ordens executivas expedidas ainda na primeira semana de governo, incluindo aquelas voltadas ao endurecimento do controle migratório, na ausência de qualquer proposição de redesenho de uma política migratória para os EUA. As medidas geraram deportações imediatas e têm causado querelas e tensões diplomáticas com países da América Latina, incluindo o Brasil.

No campo da geopolítica, Trump regressa ao poder em um contexto diferente do enfrentado em seu primeiro mandato. Em 2017, o mundo ainda começava a absorver os efei-





tos do Brexit, que catalisaram a ascensão política da extrema direita em diversas partes do mundo. A China já era considerada a principal rival econômica e estratégica dos EUA, mas o regime de Xi Jinping apenas iniciava um processo de redirecionamento político e econômico, com mais centralização e dirigismo estatal sobre as grandes empresas chinesas. As questões mais prementes no Oriente Médio eram as ocupações militares ostensivas no Iraque e Afeganistão, no marco da “Longa Guerra” contra o terrorismo. Quase uma década depois, em 2025, as agências estadunidenses que formam o aparato de política externa, defesa e segurança, sob novo comando, enfrentam o conflito de Israel contra o Hamas, que passa pela implementação de um frágil acordo; a guerra entre Rússia e Ucrânia; e a rivalidade mais acentuada com a China, cuja dinâmica deve ser redefinida ao longo do novo mandato.

Jornalistas e analistas internacionais têm usado a expressão “transacional” para se referir ao tipo que abordagem que Trump costuma adotar na elaboração de linhas de ação em política externa, por vezes de forma bastante agressiva, como no manifestado interesse em se apropriar da Groenlândia e do Canal do Panamá, e em tentativas de atuar como parte negociadora em situações de conflito. Do ponto de vista das Relações Internacionais, o qualificativo “transacional” associa-se a uma postura em política externa de caráter casuístico, a partir de cálculos de custo e benefício, dado um cenário de imprevisibilidade ou ausência de horizonte. Seria, portanto, um afastamento de um sistema baseado em regras, que a literatura associa à chamada ordem internacional liberal. Outra associação teórico-analítica em voga sugere que, a princípio, este tipo de postura seria mais evidente e/ou observável em contextos de maior dispersão de poder na política internacional, adjetivados como “multipolar” ou “policêntrico”.

No Oriente Médio, a proximidade de sua posse e a atuação de membros de seu gabinete, ainda na fase da transição presidencial, parecem ter contribuído para o acordo recém-costurado pela gestão Biden, ainda que as mais recentes declarações e propostas extravagantes do presidente sobre o destino da Faixa de Gaza – que incluíram ideias como a ocupação do território palestino pelos norte-americanos, o deslocamento de 1,8 milhão de palestinos e a transformação do enclave devastado em uma espécie de “Riviera do Médio Oriente” – tenham sido, novamente, fonte de tumulto e ceticismo, especialmente pelos membros da União Europeia.

No caso do conflito entre Rússia e Ucrânia, Trump já reiterou em diversas ocasiões que pretende que o conflito se encerre rapidamente. Quando esta retórica está associada ao discurso de diminuição do en-



gajamento estadunidense – incluindo financeiramente – na Otan, o quadro parece ficar mais conturbado para o presidente ucraniano. Em todo caso, ainda não está clara a capacidade que terá Trump em arbitrar um acordo que envolva a aceitação por parte da Ucrânia da perda de uma parte não negligenciável de seu território original – uma possibilidade que o governo Biden não sustentava, ao menos publicamente.

Ainda nesta chave, a reorganização da União Europeia no campo da segurança continental também será determinante na redefinição geopolítica da região. A declaração do presidente finlandês, cuja situação guarda paralelos com a Ucrânia, de que entende que para Trump seja “*America First*”, mas esperando que seja “*Europe Second*”, é emblemática do que estará em jogo nos próximos meses.¹

Na política econômica, apesar da retomada de uma política industrial praticamente inédita nas últimas décadas, concebida e encaminhada durante a administração Biden, Trump parece ter conseguido convencer parte do eleitorado com *slogans* como uma nova “Era de Ouro” para a economia dos EUA que irá, de acordo com seu linguajar hiperbólico, “prosperar como nunca antes”, com ênfase na indústria, que alegadamente fará dos EUA “novamente uma nação manufatureira”. As principais estratégias anunciadas para lograr tal feito seriam corte de impostos corporativos e imposição de barreiras tarifárias contra o que Trump e seu entorno entendem como comércio injusto. A ameaça das tarifas afetaria sobretudo os países asiáticos, mas acabou por abranger parcerias comerciais mais institucionalizadas, notadamente com os vizinhos Canadá e México. Analis-



tas internacionais já apontam para os perigos de uma guerra tarifária generalizada, não só com relação ao potencial inflacionário nos EUA, mas em termos da aliança ocidental, seja pela eventual imposição de tarifas à União Europeia ou pelo aumento de incentivos para aproximação entre China e Europa.² Cabe lembrar, no entanto, que os EUA já estressaram as relações atlânticas no passado: na década de 1970, os americanos romperam compromissos internacionais que sustentavam a ordem do pós-guerra, ao mesmo tempo em que se aproximavam da China e distendiam as relações com a hoje extinta União Soviética. Após uma década de turbulência, as relações com a Europa se normalizaram e, do ponto de vista da integração produtiva e financeira do Atlântico Norte, aprofundaram-se.

Ao mesmo tempo em que utiliza a retórica da reindustrialização, Trump nega os resultados econômicos do conjunto de políticas econômicas adotadas pelo governo Biden. Ainda, indica que não adotará as mesmas estratégias do seu antecessor, mais ancoradas em gastos públicos em infraestrutura e incentivos a investimentos na indústria e em inovação tecnológica, visando à competição crescente com a China.

Se tomarmos os simbolismos da cerimônia de posse, os anúncios de grandes empresas de tecnologia com relação a recuos regulatórios e o impressionante número de super ricos que compõem a nova administração, parece mais correto supor que se tratará de um governo de captura plutocrática desnudada, em lugar da complexa adoção de uma política industrial e comercial estratégica fundamentada e com eleição de setores-chave para a economia americana. O posto criado para Elon Musk nesta segunda administração Trump – chefe do Departamento de Eficiência Econômica (*Department of Government Efficiency* ou “Doge”) – é bastante emblemático da visão deste grupo que tem se consolidado em torno do presidente, que inclui os CEOs das principais empresas de tecnologia, mídia e dados dos EUA.

Relações escusas entre Estado e grande capital não são exceção no sistema capitalista. A candidatura da democrata Kamala Harris teve mais contribuições de bilionários do que a do próprio candidato republicano. O que parece ser uma particularidade da visão de Trump é que os super ricos e as grandes corporações devem ter papel ativo no governo, além de serem contemplados com cortes ostensivos de impostos, sob o pretenso argumento de que constituem o grupo social responsável pela geração de crescimento, emprego e inovação. A redução de impostos alcançada em seu primeiro mandato fez com que, pela primeira vez na história, os bilionários estadunidenses pagassem uma taxa menor ao fisco do que a classe trabalhadora.³ Isso em um conhecido contexto de ampliação das desigualdades socioeconômicas e de crescente dificuldade de ascensão social das classes mais baixas.



Em relação à agenda dos combustíveis fósseis e à associada emergência climática, Trump cumpriu em velocidade espetacular a promessa de retirar (novamente) os EUA do Acordo de Paris sobre o Clima. Importante lembrar que os EUA são hoje o maior produtor de petróleo do mundo e desfrutam de uma condição única de praticamente absorverem toda a produção internamente, ou seja, não dependem de exportação como os demais grandes produtores. Ainda não está claro como o governo irá implementar sua política de expansão de prospecção e produção, uma vez que as empresas já fizeram investimentos vultosos nas últimas décadas e o preço não pode cair muito, dados os altos custos de extração nos EUA. O que já se sabe é que Trump tem bloqueado fundos destinados ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, advindos de políticas implementadas no governo Biden.

Para a América Latina, a situação parece precária. Trump e seu entorno empresarial parecem entender o hemisfério como um território de expansão geoestratégica e de extração de matérias-primas. O que se pode dizer no presente momento e com alguma certeza é que a vitória de Trump fortalece grupos políticos de extrema direita na região. No Brasil, viveremos a combinação perigosa da postura trumpista de “eles precisam mais de nós do que nós deles” com uma possível reenergização do clã Bolsonaro e do bolsonarismo como ideologia política e econômica, bastante associada ao nosso modelo/setor primário-exportador e neoextrativista.

** É professora adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.*

1 Rachman, G. Finland's president on Europe in a Trumpian world. Entrevista do presidente finlandês Alexander Stubb ao podcast “The Rachman Review” do Financial Times. 23 de janeiro de 2025.

2 Rachman, G. 2025. Trump is sowing the seeds of an anti-American alliance. Financial Times, 3 de fevereiro.

3 Editorial, 2024. The Guardian view on Donald Trump's plutocrats: money for something. The Guardian. 20 de novembro. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2024/nov/20/the-guardian-view-on-donald-trumps-plutocrats-money-for-something>.



CLIQUE E OUÇA



O dissenso do Wyoming: Trump quer o fim da hegemonia americana?

Arquimedes Martins Celestino*

■ Durante décadas, o grande inimigo da esquerda foi o “Consenso de Washington” e seu famigerado “pensamento único”. A sensação sufocante de que, após o fim da Guerra Fria, estava “tudo dominado”. Tínhamos a percepção de uma clara e incontestável hegemonia militar, econômica e ideológica dos Estados Unidos e de seu projeto neoliberal de globalização. GLOBALIZAÇÃO... Há quanto tempo você não escuta esta palavra de forma isolada e plena de um significado que era quase transcendente, um verdadeiro “fim da história”? A consolidação de um império do capital internacional, financeirizado, que não teria mais sede nem limites e que, por fim, deixaria bem de vida todos os que quisessem empreender, independentemente de fronteiras nacionais, e os homens lentos (conceito do geógrafo Milton Santos) que buscassem ajuda nas instituições de caridade.

O interesse pelo tema “globalização” hoje é decadente, tanto em buscas nos sistemas de pesquisa, quanto em notícias pelo mundo.

Não que a internacionalização da economia tenha parado, ou mesmo diminuído de ritmo ou de interesse. Nas últimas décadas, o





intercâmbio internacional de produtos e serviços cresceu substancialmente, mais do que dobrando de 2005 até hoje. E, provavelmente, você leu muito nos últimos anos sobre o crescimento das cadeias internacionais de valor, acordos bi ou multilaterais de comércio etc.

O que mudou foi quem se sente beneficiado por essa globalização econômica.

O que é hegemonia?

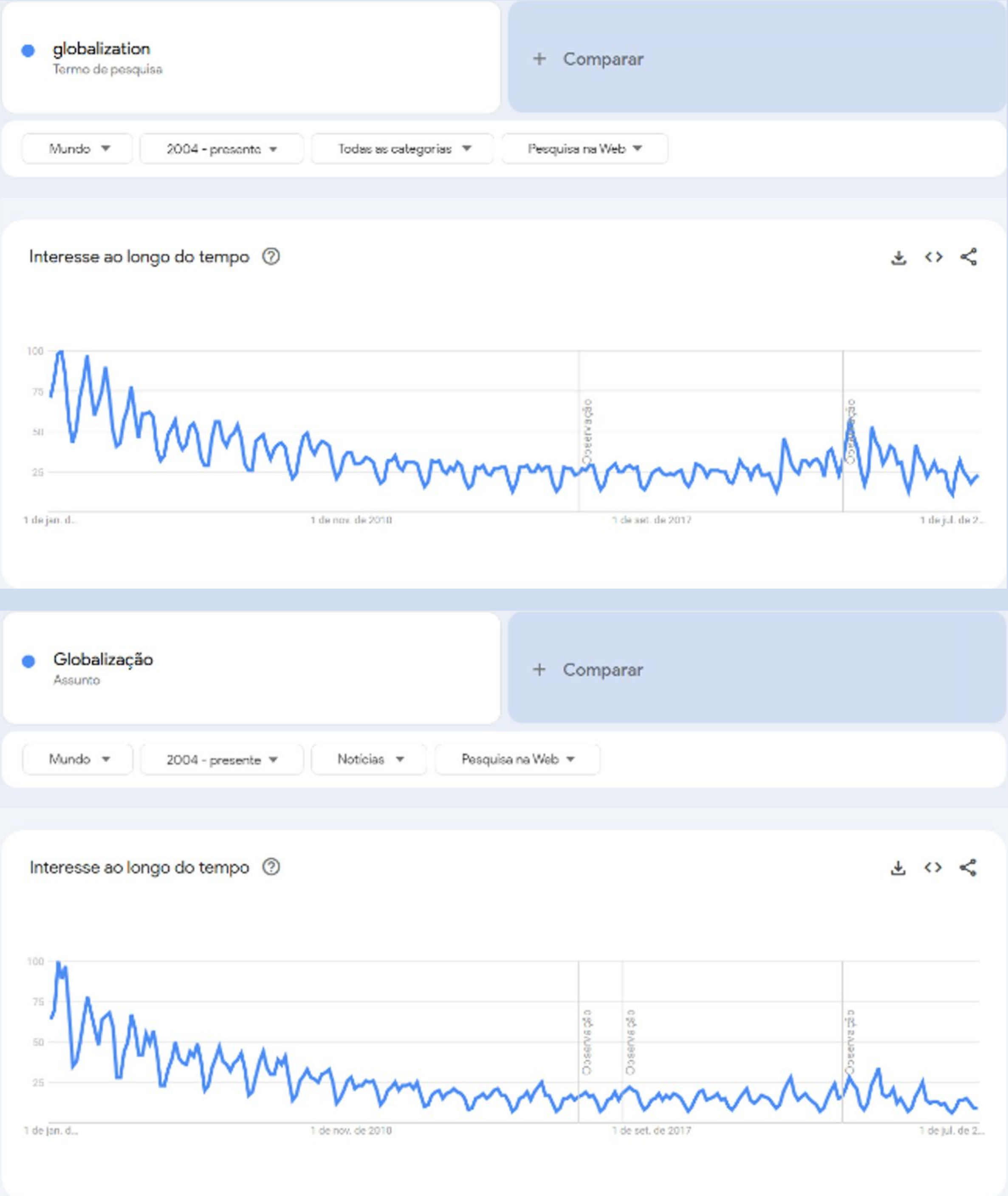
Para Gramsci¹, hegemonia não é apenas o exercício do poder absoluto, exercido por coerção violenta ou econômica, mas um alinhamento de um todo social. Constitui-se das proposições de um Estado ou grupo social que consegue fazer com que seus interesses sejam entendidos como interesses de todos.

Cox² defende que o conceito Gramsciano de hegemonia é aplicável em nível internacional, mas que hegemonia não poderia, nesse caso, ser entendida apenas como imperialismo:

“para se tornar hegemônico, um Estado teria de fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal na concepção, (...) uma ordem que a maioria dos outros Estados (ou pelo menos aqueles ao alcance da hegemonia) poderiam considerar compatível com os seus interesses. (...) O conceito hegemônico de ordem mundial baseia-se não apenas na regulação do conflito interestatal, mas também numa sociedade civil concebida globalmente.”³

Estrutura bipolar, hegemonia com multilateralidade no “mundo livre”

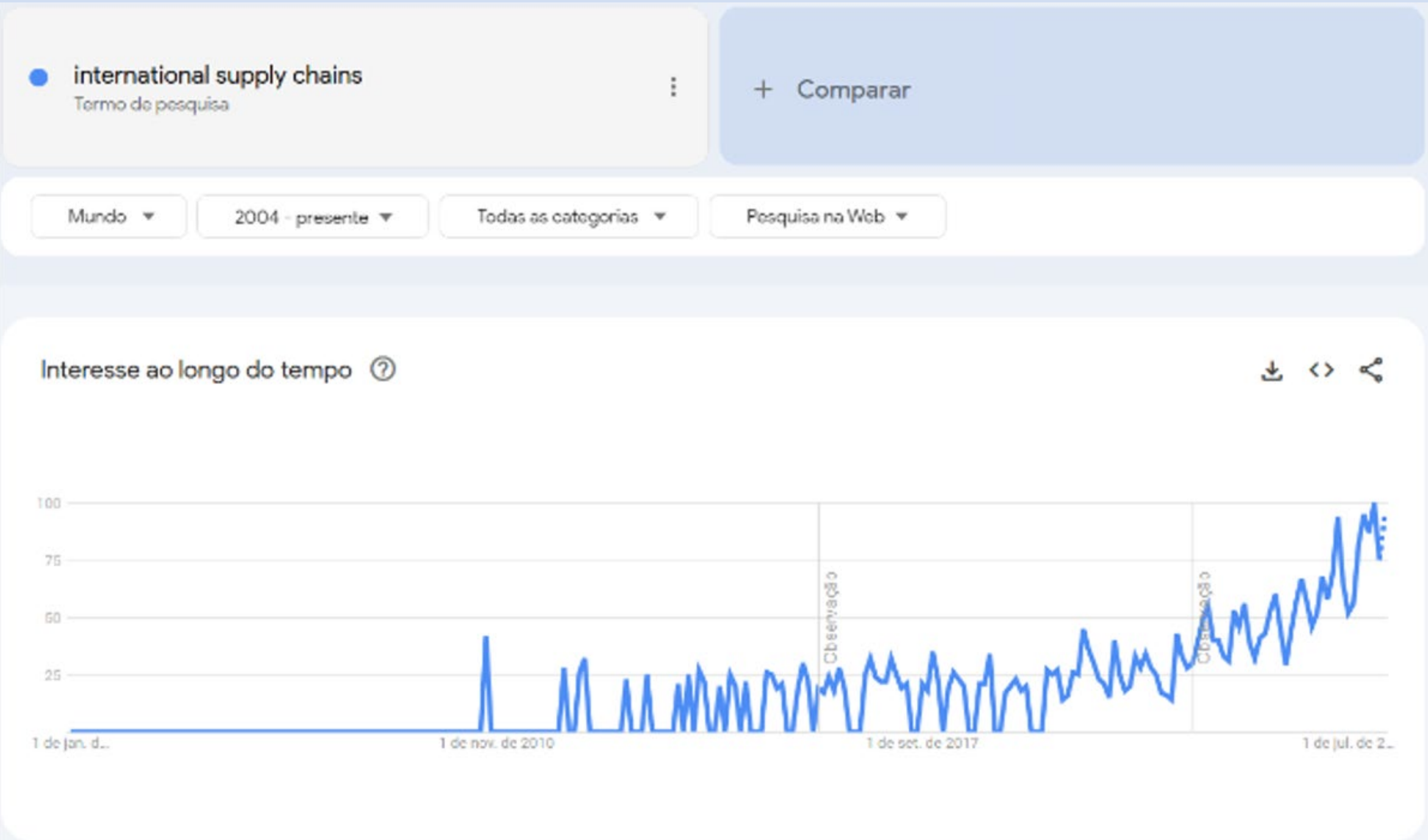
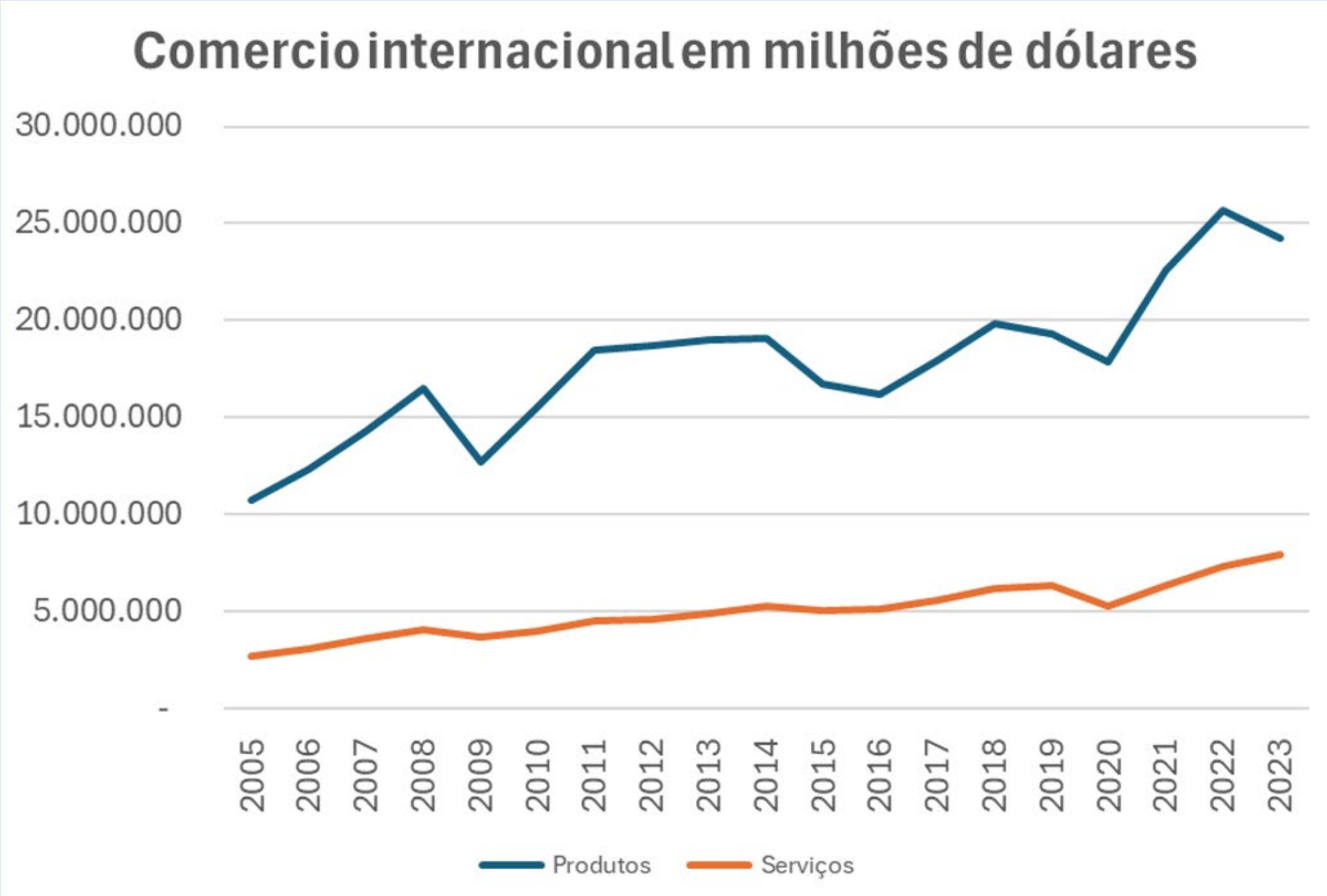
Depois da Segunda Guerra, os EUA investiram muito na sua capacidade de exercer hegemonia. Os americanos foram fundamentais na criação de vastas instituições multilaterais, como a ONU, FMI e Banco Mundial. Investiram trilhões de dólares em sistemas de apoio ao desenvolvimento, como o Bird, e de ajuda direta, como a Usaid. Além de componentes jurídicos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e culturais, como Hollywood, TV, Unesco etc. E conseguiram resultados incríveis com isso. Conseguiram, por exemplo, que o dólar americano se tornasse sinônimo de moeda internacional, mesmo após eliminarem as paridades cambiais, a conversibilidade em ouro, grandes desvalorizações, imensos déficits fiscais e comerciais. Guerrearam por todos os cantos, em nome da defesa do “mundo livre” e conseguiram que cidadãos do mundo inteiro se emocionassem com a bandeira americana aparecendo nos filmes, em que soldados americanos matavam pessoas dos mais variados países, para resgatar pessoas ou interesses que, por serem americanos, eram “de todos”.



Fonte: Google Trends (<https://trends.google.com.br>), 03/02/2025

Potência única, hegemonia globalizada e sem freios

Depois do fim da Guerra Fria, essa hegemonia se consolidou. Conseguiram implantar, em quase todos os países do mundo, os sistemas que propunham nesta época, de livre comércio e desregulação financeira e do fluxo de capitais. A globalização passou para o centro do noticiário. Durante os anos 90, entramos na “Nova Ordem Mundial”, quando nada parecia fora do alcance hegemônico. Foi a era das “intervenções do bem”, na Somália e Iugoslávia, entre outras, amplamente aceitas, apesar de não deliberadas em fóruns multilaterais. Após o 11 de setembro, a contestação apocalíptica da globalização ideológica, os Estados Unidos defenderam veementemente que suas reações extremas e total-



Fontes: OMC (<https://stats.wto.org/>) e Google Trends (<https://trends.google.com.br>), 03/02/2025

mente arbitrárias, como a invasão do Afeganistão e do Iraque, a prisão e tortura de lideranças radicais mulçumanas e os assassinatos por drones, tudo isso realizado à revelia de qualquer sistema multilateral internacional, visavam a salvaguardar os interesses de todos os povos “civilizados”. Que o campo de batalha desta “Guerra ao Terror” era o mundo inteiro apenas porque o terrorismo não respeitava fronteiras, e eles precisavam agir por todo o globo. Agir “legitimamente”, pois estavam defendendo os interesses de todos os povos contra os fundamentalistas.



Esta legitimidade pretendida, esse consenso defendido aos trancos e barrancos, era um dos fundamentos do que se entendia como hegemonia americana. Era a superestrutura ideológica da globalização econômica em curso.

Mas esse esforço hegemônico teve um custo para seus promotores para além de investimentos monetários diretos. Um dos problemas é que deu certo; alguns Estados hegemonizados conseguiram alinhar seus interesses eficientemente com os do líder. Não todos, não o tempo todo. Mas vários por bastante tempo. Com isso, a sociedade civil, em larga escala, se “concebeu globalmente”, como define Cox. Então, investir nos EUA, na Coreia, na Malásia, na China ou no México passou a ter o mesmo significado político. É apenas *business*, e onde for possível ter menos custos também é possível ter mais lucros. “Nós controlamos tudo, então qual é problema?”

Para a sociedade americana, a consequência da emergência dessa “sociedade global” nas últimas décadas foi uma ruptura. Uns lucraram muito com as rendas dos investimentos globalizados e com os salários e participações em profissões ligadas ao sistema mundial de inovação, do qual os americanos eram protagonistas. Outros apenas ficaram para trás. Podiam ser substituídos e foram substituídos, pois a substituição pelo mais eficiente monetariamente é o fundamento maior de todo o liberalismo. A desigualdade social explodiu e, em uma sociedade sem tradição de solidariedade institucional, isso significou até a diminuição da expectativa de vida.

Multipolaridade?

Em termos interestatais, houve um primeiro momento, dos anos sessenta aos oitenta, em que os “milagres” econômicos alemão e japoneses incomodaram o líder, mas essas potências econômicas emergentes puderam ser controladas por mecanismos monetários. Afinal, eram países sob clara ocupação militar e totalmente subjugados ideologicamente, devido às suas devastadoras derrotas na guerra. Não é este o caso da China, da Rússia e nem mesmo da Índia, países que se beneficiaram, em algum momento das últimas décadas, da economia internacional liberalizada, mas não abdicarão facilmente de suas pretensões de autonomia estratégica, econômica, política, militar e ideológica.

No estado do Wyoming o consenso é que “Consenso de Washington” não valeu a pena. Lá os 71% de eleitores de Trump, representantes daqueles que ficaram para trás e dos que se sentem limitados pelos pudores multilaterais de uma sociedade global, como as *big techs*, concordam quando ele dá a entender que: “Hegemonia custa caro, dá trabalho, e permite que os concorrentes tenham oportunidades. Que-



remos ser apenas um Império. Não o Império do capital sem face. Mas o Império AMERICANO. Colher tributos diretos e indiretos e ordenar as coisas para que isso se perpetue.”

Muitos diriam: “Mas quando não foi assim?”

A consequência econômica dessa unilateralidade acirrada e transparente, dessa abdicação da hegemonia ideológica em busca da manutenção de uma supremacia econômica, é mais óbvia e deve consistir em um aumento do protecionismo de todos os países, com a consequente diminuição do crescimento econômico mundial. Em termos militares, possivelmente teremos uma corrida armamentista na Europa e na Ásia, como não vimos desde a Segunda Guerra. E isso trará maior risco de conflitos. Já na política internacional, os resultados me parecem menos óbvios. Presumo que gere aumento de posturas imperialistas por parte de outras potências. Imperialismo no sentido de intervenção direta na política interna de outros países. Afinal, é fácil não ser imperialista se você consegue comprar suas matérias-primas ao mesmo preço que todos, vender seus produtos em quase todos os lugares e ter seus capitais aceitos e transferíveis etc. Mas, ao afirmar que não estão minimamente interessados em manter as paridades de oportunidade e acesso, os americanos induzem todos a consolidarem as suas zonas de influência, não apenas economicamente, mas também politicamente.

O que nos resta? Acreditar que isso tudo é uma espécie de fascismo cosmético de um governo fraco, apenas para “americano ver”? Considerar que o grande capital financeiro internacional não vai permitir essa desagregação e que, portanto, nada vai mudar de fato? Enfim, vamos torcer pelo retorno ao Consenso de Washington?

** É editor na Arquimedes Edições e mestrando em Economia Política Internacional pelo Pepi/IE/UFRJ.*

1 Gramsci, Antonio, filósofo e ativista marxista italiano.

2 Cox, Robert W., cientista político canadense e ex-funcionário das Nações Unidas.

3 COX, R. Approaches to word order. Cambridge: Cambridge Press, 1996.



CLIQUE E OUÇA



Trump retorna sem freios

Tatiana Vargas-Maia*

■ Passado aproximadamente um mês desde a posse de Donald Trump, já se pode afirmar que o segundo mandato do republicano representa uma inflexão significativa na política estadunidense, refletindo alterações estruturais tanto no Congresso quanto no Executivo. Observa-se, igualmente, uma mudança programática que sugere uma ruptura com consensos políticos estabelecidos pelos Estados Unidos no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Em comparação com 2016, o cenário político atual é caracterizado por um Congresso com margens de maioria mais estreitas. Embora os republicanos mantenham o controle, a vantagem reduzida na Câmara dos Representantes indica uma base política menos coesa. No Senado, a ligeira ampliação da maioria republicana fortalece a capacidade do governo de conduzir nomeações estratégicas e implementar políticas de longo prazo. Paralelamente, a Suprema Corte, agora com uma composição conservadora ainda mais consolidada, amplia a influência do Executivo sobre temas institucionais centrais. No cenário internacional, os Estados Unidos parecem abdicar do papel de garantidor da ordem multilateral estabelecida na década de 1950 e consolidada na década de 1990, adotando uma postura mais próxima da *realpolitik* do final do século XIX e início do século XX.

No núcleo da nova administração, as nomeações para cargos estratégicos indicam uma combinação entre figuras políticas experientes e personalidades oriundas do setor privado. A nomeação de Marco Rubio para o Departamento





de Estado sinaliza um intervencionismo pragmático na política externa, em contraste com o tom mais confrontador do primeiro mandato de Trump. Rubio, conhecido por sua postura crítica em relação a regimes autoritários na América Latina e sua proximidade com setores tradicionais do Partido Republicano, representa um nome de consenso dentro da legenda. Em contrapartida, a nomeação de Pete Hegseth para o Departamento de Defesa reflete uma abordagem ideológica mais incisiva. Ex-apresentador da Fox News e veterano do Exército, Hegseth emergiu nos últimos anos como um dos mais fervorosos defensores das diretrizes militares de Trump na mídia conservadora. Sua indicação, em detrimento de nomes com experiência consolidada em gestão administrativa e estratégica, sugere uma ênfase na doutrinação ideológica das forças armadas, potencialmente comprometendo a eficácia institucional do setor de defesa.

No âmbito da política doméstica, a nomeação de Linda McMahon para o Departamento de Educação reforça a diretriz do governo de reduzir a presença federal no setor educacional. Ex-administradora da *Small Business Administration*, McMahon personifica a vertente empresarial do trumpismo, caracterizada por um enfoque na desregulamentação e na defesa de modelos educacionais privatizados. Sua indicação dá continuidade à trajetória iniciada em 2016, quando Betsy DeVos assumiu a pasta, mas se diferencia pelo alinhamento mais estreito entre McMahon e o presidente, o que pode resultar em uma gestão ainda mais orientada à descentralização educacional.

A grande inovação estrutural do governo reside na criação do Departamento de Eficiência Governamental (Doge), sob a liderança de Elon Musk. A nomeação do empresário para um cargo oficial na administração pública configura uma ruptura na tradicional separação entre o setor privado e a estrutura estatal nos Estados Unidos, concedendo-lhe influência direta sobre processos burocráticos federais. A escolha de Musk ocorre após seu apoio substancial à campanha de Trump, estimado em 44 bilhões de dólares, o que desempenhou um papel decisivo na vitória republicana em 2024. Com um histórico de críticas à ineficiência governamental, Musk assume a responsabilidade de revisar gastos públicos e implementar mecanismos de modernização administrativa. No entanto, essa iniciativa pode enfrentar resistência interna, especialmente entre setores mais burocratizados do governo. Sua nomeação representa a intensificação de uma estratégia já observada no primeiro mandato de Trump, na qual executivos do setor privado assumem posições-chave no governo, agora com um escopo mais amplo e institucionalizado.



No primeiro mês desta nova administração, Trump já sinalizou suas prioridades por meio da assinatura de ordens executivas e da implementação de medidas concretas de grande impacto. A “Declaração de Emergência na Fronteira Sul” reitera a centralidade da segurança nacional na agenda do governo, ao destinar recursos extraordinários para a construção de barreiras físicas e o reforço da presença militar na fronteira com o México. Embora essa iniciativa remeta à emergência nacional declarada em 2019 para viabilizar a construção do muro fronteiriço, a conjuntura política atual impõe novos desafios à sua implementação, sobretudo em razão da resistência do Partido Democrata e de organizações de direitos civis. Simultaneamente, a administração adotou uma postura assertiva no campo das políticas de identidade de gênero, ao emitir a ordem executiva “Proteção dos Direitos das Mulheres e Meninas no Esporte”. Esse documento estabelece que todas as instituições educacionais que recebem financiamento federal devem restringir a participação em competições femininas com base no sexo biológico, consolidando o posicionamento do governo em oposição às políticas progressistas implementadas em administrações anteriores. Essas ações evidenciam que Trump pretende manter a ênfase em pautas identitárias e de segurança que marcaram seu primeiro mandato, agora respaldadas por uma estrutura governamental ainda mais alinhada às suas diretrizes.

Considerando esses elementos, o impacto do segundo governo Trump nas relações internacionais, particularmente com a América



Latina, tende a ser caracterizado por uma abordagem mais pragmática e menos voltada ao multilateralismo. Sob a liderança de Marco Rubio no Departamento de Estado, projeta-se uma política externa mais contundente em relação a regimes considerados adversários, como Venezuela, Cuba e Nicarágua, por meio do reforço de sanções e da implementação de medidas diplomáticas ancoradas em uma concepção rígida do interesse nacional. Nos primeiros trinta dias de governo, já se observa essa tendência com a suspensão abrupta de diversos programas internacionais financiados pela Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Paralelamente, a administração Trump deve priorizar acordos bilaterais que favoreçam os interesses comerciais e estratégicos dos Estados Unidos, reduzindo compromissos com blocos regionais e organismos multilaterais. No que concerne à relação com o México, a intensificação das políticas migratórias e a ampliação da presença militar na fronteira indicam a manutenção de tensões estruturais. No cenário global, o afastamento contínuo de instituições como a ONU e a Otan pode levar a uma fragmentação ainda maior da ordem internacional, com os Estados Unidos priorizando alianças estratégicas circunstanciais em detrimento da estabilidade global. Assim, o segundo mandato de Trump se configura como uma reafirmação da linha nacionalista e transacional de sua política externa, o que poderá representar desafios significativos para países latino-americanos que dependem de uma relação previsível e cooperativa com Washington.

** É doutora em Ciência Política pela Southern Illinois University – Carbondale e professora da graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).*



CLIQUE E OUÇA



As tensões mundiais e o Brasil diante da nova administração Trump

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi*

■ As primeiras medidas anunciadas pelo governo de Donald Trump nos Estados Unidos demonstram o que já se esperava: um cenário de maior acirramento das tensões internacionais sob a justificativa da defesa dos interesses nacionais americanos. Isso tende a reforçar aquilo que se observava em seu mandato anterior. Ressurge, por um lado, um quadro de questionamentos a instituições e acordos multilaterais, muitos dos quais fomentados pelos Estados Unidos em outros momentos históricos. Por outro, recoloca-se a utilização de medidas protecionistas, cuja expressão maior se materializou, à época, na guerra comercial-tecnológica com a China, sob o mote de “*Make America Great Again*”.

Na atual defesa do dólar e da hegemonia americana, são colocadas novas ameaças a países com crescente presença na geopolítica e na geoeconomia global, como é o caso dos países que compõem o chamado grupo do Brics. Isso porque tais países possuem enorme importância no PIB e no comércio globais, bem como no tamanho populacional, em sua extensão territorial, nas reservas de recursos naturais e no contexto regional em que estão inseridos. *Pari passu*, buscam maior representatividade nos espaços de decisão e governança internacionais. Enquanto isso, os Estados





Unidos visam a repreender tentativas de utilização de outras moedas que não o dólar para transações internacionais. Essa diversificação monetária, que já vem ocorrendo em alguma escala, foi alvo de contestações por Trump, aventando a possibilidade de aumentar tarifas de importação sobre produtos provenientes desses países, caso deixassem de utilizar o dólar. Tal medida, entretanto, também acarretaria efeitos econômicos adversos para o governo americano, ao encarecer diversos bens nos Estados Unidos, dada a própria estrutura produtivo-comercial dependente com esses países construída com ajuda do capital americano ao longo do tempo. Certamente, inflação elevada não é um custo político que a nova gestão Trump gostaria de enfrentar.

É inegável a potência americana em diversas frentes: militar, monetária e tecnológica. Contudo, também é verdade que a realidade atual impõe o florescimento de uma ordem internacional com características compartilhadas, diferentemente do que emergia ao final dos anos 1970, com o episódio da retomada da hegemonia americana a partir da diplomacia do dólar forte e o posterior desmantelamento da antiga União Soviética como potência influente no mundo. É necessário reconhecer que, décadas depois, hoje existem potências que disputam espaços importantes de acumulação com os Estados Unidos no plano internacional, incluindo em regiões antes sob incontestável influência americana. É o caso, por exemplo, da presença da China na América Latina, com intensificação do comércio e dos investimentos na região.

Logo, o cenário que se desenha para os próximos anos é de acirramento das tensões internacionais, em parte fomentadas pela liderança americana, ao invés da coordenação multilateral que diversos dos desafios globais exigem para sua solução, como no caso das mu-



danças climáticas ou, como demonstrado há pouco tempo, no episódio da pandemia de Covid-19. Possíveis direcionamentos por meio de medidas unilaterais ou sob ameaça do uso da força em situações limite acendem um sinal de alerta para o mundo e para as demais lideranças de países que se sobressaem – econômica ou militarmente – na ordem internacional.

O destaque é para a China. Não é mais razoável pensar em impor uma ordem americana sem que haja uma negociação com o gigante asiático, até mesmo porque – apenas para citar um exemplo – a dinâmica produtiva, comercial e tecnológica mundial também passa, atualmente, pela China e suas corporações com atuação global. O caso de barrar o aplicativo chinês TikTok em território americano denota o poder de arbítrio que pode entrar em conflito com interesses não apenas chineses, mas de negócios e de consumidores americanos.

A declaração de Trump no Fórum Econômico Mundial em Davos, que parecia atenuar seu discurso mais radical, não se sustentou. Resaltava-se, por exemplo, a “boa relação” com o presidente chinês Xi Jinping e a possibilidade de manter um grau de negociação com o parceiro asiático e, até mesmo, contar com a colaboração da China para a resolução de conflitos internacionais, especialmente no caso da guerra russo-ucraniana. Contudo, a retórica logo se desfez e a busca por uma relação “mais justa” com a China e outros países, a exemplo de México e Canadá, traduziu-se na imposição de tarifas de importações sobre esses países e, conseqüentemente, em retaliações por parte deles. Declarações abertas contra outros países e imposições tarifárias unilaterais, como as colocadas sobre alumínio e aço, ameaçam o atual sistema de comércio internacional.

Neste cenário de enorme incerteza, o Brasil – assim como grande parte do mundo – já enfrenta importantes desafios. Pode-se mencionar aqui, pelo menos, duas ordens de desafios. A primeira se refere à ordem internacional e ao posicionamento brasileiro diante de questões centrais para o rumo do planeta. A agenda ambiental e de erradicação da pobreza é parte da política externa brasileira no terceiro mandato do presidente Lula. Obstáculos advindos de um possível acirramento de tensões sino-estadunidenses, no entanto, podem recrudescer a ponto de prejudicar os avanços nessas áreas. O próprio papel assumido pelo Brasil de diálogo com as grandes potências será fundamental, a fim de manter certo equilíbrio nas relações econômicas e diplomáticas, dado que tanto Estados Unidos como China se configuram como parceiros brasileiros de destaque. Neste âmbito, contudo, já se observam ações diretas que afetam o Brasil, como no caso da imposição de tarifas de importação sobre o aço, exigindo um posicionamento do governo brasileiro.



A segunda ordem de desafios se refere à polarização política, fomentada por Donald Trump e reforçada pelo conservadorismo no Brasil. A nova gestão de Trump à frente da Casa Branca reacende a possibilidade de governos de extrema direita em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. As declarações polêmicas sobre diversos temas sensíveis fazem parte da retórica e, muitas vezes, da prática da liderança americana, em geral acompanhadas das ameaças tarifárias, que podem transbordar e conflitar com os interesses brasileiros, sobretudo em governos com agenda mais progressista. Parte dessa agenda, é claro, não depende necessariamente da influência americana, particularmente em assuntos domésticos. Contudo, alguns temas transbordam as fronteiras nacionais, como a questão ambiental, e carecem de ação conjunta e coordenada dos países. A ausência do apoio dos Estados Unidos nesse tipo de esforço, por exemplo, pode esvaziar o sucesso de algumas iniciativas, inclusive em termos de financiamento para executá-las, ao mesmo tempo em que abre espaço para que potências como a China exerçam maior liderança nessas frentes.

Dessa forma, o cenário atual torna-se ainda mais difícil para o Brasil, na medida em que as duas ordens de desafios apontadas parecem se entrelaçar. A agenda externa sinaliza para o agravamento da polarização política e para a limitação do alcance das negociações multilaterais, assim como para o uso de medidas protecionistas, incitado por guerras tarifárias, o que tende a criar maiores barreiras econômicas, agravar as diferenças políticas e afetar as ações no plano doméstico. Sob o novo governo de Donald Trump – de continuidade e aprofundamento em relação à agenda de seu primeiro mandato – exacerba-se a possibilidade de tensões mundiais na suposta defesa dos interesses americanos. Os rumos das relações dos Estados Unidos com a China nesse período se mostrarão decisivos para muitas das questões que afligem o planeta, bem como sobre os desdobramentos esperados para o Brasil, que precisará responder e atuar de maneira equilibrada em meio ao jogo das potências mundiais.

** É professor associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e atual coordenador do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri) da mesma instituição. Doutor pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido. E-mail: razb@unicamp.br.*



CLIQUE E OUÇA



Não! Isto não é um treinamento!

Ellen Tristão*

■ Há quem diga que antecipar grandes desastres, preparar-se para perdas ou para o pior, pode trazer azar, é mau agouro. Esse sentimento está presente em nossa tradição familiar, principalmente para os nascidos no interior, cheio de mitos e crenças. Para além de todos os ensinamentos possíveis pela cultura popular, os tempos clamam para algo muito distinto: por um lado, a atenção e a luta diante de uma ameaça iminente e real, por outro, o medo surge como arma neofascista que clama por apoiadores.¹

Quando Donald Trump assumiu a Casa Branca pela primeira vez, em 2017, Bob Woodward, editor do *Washington Post* e responsável por coberturas premiadas, como o caso Watergate, iniciou a redação do livro *Medo: Trump na Casa Branca*. A partir de uma série de entrevistas com pessoas que conviviam diariamente com Trump, ele nos introduz ao universo assustador (e previsível) de um líder de extrema direita. Passados quase sete anos da publicação deste livro, hoje temos novamente Trump na presidência dos Estados Unidos, levando a cabo políticas pretendidas e não executadas em seu primeiro mandato. Não falo aqui das políticas de combate à imigração ou das pautas neofascistas de ódio, pois estas já perpassaram seu primeiro governo. Falo da impossibilidade de seus assessores, de banqueiros de influência, e mesmo da elite tradicional em exercerem algum controle sobre os rompantes nacionalistas deste líder neofascista.

Há quase um ano, neste mesmo jornal, ressalttei os impactos do retorno triun-





fal de um líder fascista; falava de Trump. Um líder fascista exerce poder magnético sobre seus seguidores, com discursos de ódio, com a exposição e exaltação do que é mais cruel na humanidade. Um líder que difunde a ética eugenista da defesa do “nós” contra “eles”, (STANLEY, 2019), o medo do “outro” e a necessidade de reação imediata e violenta para salvar a existência (e sucesso) dos ditos “melhores”. Este líder retorna à presidência da principal potência bélica e econômica mundial, e traz consigo não mais Steve Bannon – o homem por detrás das estratégias que elegeram Trump, Jair Bolsonaro e da campanha do Brexit –, mas excêntricos bilionários, de influência e poder mundial, como Elon Musk.



O nacionalismo de Trump não surge apenas na repatriação violenta dos imigrantes, mas também no rompimento de acordos que se perpetuam há décadas. A política de taxaço de produtos canadenses, mexicanos e chineses, decretada em seu primeiro mês deste segundo mandato, é só um dos muitos projetos de Trump não cumpridos anteriormente. Não cumpridos pela influência de assessores da Casa Branca, como explicitam os bastidores abertos ao mundo por Woodward (2018). A força das políticas nacionalistas de Trump, as quais caminham para intervenções genocidas no Oriente Médio, domínio do Canal do Panamá, até a excêntrica mudança de nome do Golfo do México, advém da legitimação ideológica de seu retorno triunfal ao poder.

Os próximos caminhos deste nacionalismo já foram traçados: o enfraquecimento da Otan, a qual Trump sempre criticou, dado o volume de investimentos norte-americanos, superiores aos demais países-membros; o fim de acordos que levam a vultosos gastos para manutenção das bases militares na Coreia do Sul; além da extinção ou revisão, ainda mais onerosa, de acordos bilaterais com países como



Brasil ou África do Sul, uma vez que a guerra aos Brics já foi decretada.

O impacto da concretização das políticas nacionalistas de Trump à economia mundial e ao próprio país, destacadamente aos trabalhadores mais empobrecidos, à população preta e latina e aos agricultores do centro do país, somar-se-á a uma série de eventos que anunciam o crescimento do neofascismo mundial. Concretização de políticas nacionalistas, *a la* neofascistas, traz fundamento ao medo do qual o neofascismo se nutre. Em momento de crise econômica e catástrofe ambiental, políticas baseadas em uma ideologia que parece ignorar o intrincamento econômico mundial levam apenas a mais crise. A crise é o pano de fundo da barbárie, cuja resposta neofascista é sempre a violência extrema. E esta violência tem gênero, nacionalidade e cor.

Paxton (2007), ao analisar o fascismo clássico, nos apresenta cinco fases deste movimento. A transição da primeira fase, a da fase de criação, para a fase de enraizamento no poder carrega o caos e o medo como dois elementos importantíssimos. Seja na Itália, seja na Alemanha, foram as milícias fascistas as grandes responsáveis por intensificar este caos e o medo, possibilitando então ao líder fascista um poder de influência sobre as elites que, em ambos os países, cederam a estes líderes o comando. Hoje é o voto popular que leva líderes neofascistas ao poder, um voto movido pela ideologia do medo, em plena barbárie. No poder, estes líderes podem votar pela guerra, pela paz, escolher com qual parcela da elite querem trabalhar. E a seus inimigos sobram a violência e mesmo o extermínio, aumentando o caos que engrossa suas fileiras.

A eleição de Trump nos retira de qualquer zona de conforto. Nos remete às distopias cinematográficas e literárias, como Jogos Vorazes, V de Vingança ou Star Wars. O que a alguns pode parecer catastrofismo ou teoria da conspiração, aos que se detiveram no entendimento da ascensão do fascismo clássico, está explícita a tragédia na qual nos inserimos. Temos um líder neofascista no poder, aplicando políticas econômicas e xenofóbicas sem qualquer força que o faça recuar. Se seu primeiro governo era o de um neofascista tímido, ou melhor, cerceado em sua pior política, hoje ele arranca suas amarras e caminha para fortalecer o neofascismo mundial.

Se neofascismo e neoliberalismo andaram juntos até o momento, Trump ruma para extrair de ambos o que lhe é adequado, contornando a economia de um nacionalismo descabido, cujos resultados tendem apenas a intensificar a crise econômica, alimentar o belicismo e desregrar tratados mundiais. Seja na Europa, seja no Brasil, as próximas eleições apontam para o trágico cenário de crescimento da extrema direita.

Na Europa, esta já mostrou sua força no parlamento em recen-



te decisão que freia a proibição da importação de produtos cultivados em áreas desmatadas, num acordo entre direita e extrema direita, o qual explicita ao mundo que lá, a ideologia neofascista pode ser maioria. No Brasil, as eleições municipais apontam para o fortalecimento desta ideologia, a qual aqui se veste também do conservadorismo religioso.

Não resta ao mundo mais tempo de treinamento para enfrentar a extrema direita neofascista. A vitória de Trump não é uma sinalização de um futuro distante em que o neofascismo se tornará uma ameaça à vida. Sua vitória e suas políticas nacionalista e xenofóbica anunciam que o presente já é o cenário da luta antifascista pela sobrevivência humana. E cada um de nós já é partícipe de uma guerra contra a ideologia do medo, do caos e do extermínio. Portanto, como clama Caetano Veloso, “é preciso estar atento e forte”, para que esta tragédia não passe despercebida e sem resistência. Não fazemos aqui um prenúncio, mas acionamos um alerta, cujo som estridente nos diz que não, isto não é um treinamento, o neofascismo está em marcha!

** É doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense, professora associada da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, diretora do Campus do Mucuri (UFVJM) e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (2024-2026).*

PAXTON, Robert. Anatomia do fascismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

STANLEY, Jason. Como funciona o fascismo: a política “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2019.

WOODWARD, Bob. Medo: Trump na Casa Branca. São Paulo: Todavia, 2018.

1 “O verdadeiro poder – nem quero usar tal palavra – é o medo”. Donald Trump em entrevista a Bob Woodward e Robert Costa, 31/03/2016. (WOODWARD, 2018, p. 11)



CLIQUE E OUÇA



Fernando Henrique Lemos Rodrigues assina o oitavo artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



A formação nacional diante da dependência e do subdesenvolvimento: prólogo ao diálogo da maturidade de Celso Furtado com Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes

Fernando Henrique Lemos Rodrigues*

■ Celso Furtado, na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), afirma: “o subdesenvolvimento é uma criação da dependência”. O aserto decorre da observação histórica, construída desde o clássico *Formação Econômica do Brasil* (1959) e certamente influenciada por outro baluarte do pensamento social brasileiro, Caio Prado Jr., que abordou a questão em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e em *História Econômica do Brasil* (1945). Nas obras citadas, a busca por evidenciar os aspectos centrais da formação social brasileira estabelece um contraste entre as molas propulsoras da ocupação dos territórios ao Nor-



te e ao Sul do Rio Grande, situado no hoje chamado estado do Colorado (EUA).

O paralelo estabelecido entre os Estados Unidos e o Brasil chama a atenção: ambos os países têm seu povoamento começado, em um longo processo, desde o início do século XVI. A precariedade das pobres colônias do Norte (originalmente 13) opõe-se à complexa empresa colonial da América Portuguesa, que articulou capitais neerlandeses, portugueses



e, mais tarde (após as Guerras Brasileiras no século XVII), capitais e proteção militar da Inglaterra (século XVIII). Explica o sucesso da empreitada a célula básica da Colônia, estrutura ressaltada por Caio Prado: latifúndio-monocultura-escravidão –, voltada à exportação de mercadorias e à drenagem de recursos para a metrópole portuguesa. A capacidade de drenagem de recursos por meio dos negócios escravocratas reforça a acumulação originária (calcada nas múltiplas formas de espoliação) destacada por Karl Marx.

No entanto, entre o último quartel do século XVIII e o início do século XIX, a situação das Colônias do Norte, de bases materiais precárias, detona um processo de liberação nacional e assiste ao florescer de uma burguesia de alto potencial revolucionário das relações sociais de produção. E a exuberante Colônia do Sul, a América Portuguesa, encontra-se desarticulada, com dificuldade de potencializar suas revoltas emancipatórias, com frágil identidade e sem capacidade de estabelecer o que Caio Prado chamou de “nexos morais fundamentais” para transitar para uma Nação.

Assim, os Estados Unidos da América demonstram-se capazes de levar os ideais de república, democracia e nacionalidade às últimas consequências. Conseguem o feito de estabelecer paralelos com os processos nacionais de Inglaterra e França: pavimentam um desenvolvimento recuperador. O capitalismo de revolução industrial atrasada emerge com tamanha força que leva o país à Guerra Civil e à liquidação do escravismo (ainda que não equacione as questões de segregação racial).

O Brasil, no século XIX, ainda está preso às estruturas que tiveram



sucesso, tanto na produção colonial – que perpassa todo o período do domínio português – quanto na mineração (momento fundamental de integração do território por conta do posicionamento geográfico das Geraes). Mais ainda, a saída da crise econômica em que se encontrava no século XVIII reativa e remaneja as células básicas tanto no perene café quanto no efêmero algodão. Os interesses escravistas limitam o liberalismo das elites brasileiras e transformam o seu processo de conversão à burguesia em uma longa composição entre aspectos dos senhores de escravos (convertidos em proprietários fundiários em 1850) e empresariais, conforme aponta Florestan Fernandes em seus estudos sociológicos.

O Estado Nacional no Brasil é criado por uma classe de negócios sem o potencial transformador de sua congênere ianque. Traz em si uma dimensão conservadora, um pacto para a permanência do estatuto escravocrata e enfrenta, inclusive, sanções internacionais. A nacionalidade afirma-se como um estranhamento à civilização: preservar a fonte de acumulação e de poder, construída ao longo de três séculos.

A articulação entre as classes proprietárias (rurais e urbanas, coloniais e protocapitalistas) assenta-se noutra: a que se estabelece com os capitais ingleses. O Brasil do século XIX não tem forças dinâmicas próprias para a produção de excedentes. Impõe-se uma situação neocolonial, cujo comando é da Inglaterra e de seus capitais, sobretudo no financiamento, no transporte e na distribuição internacional da produção.

O capitalismo de dupla articulação, para citar uma vez mais Florestan Fernandes, em seus trabalhos da primeira metade dos anos 1970 – *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1972), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais* (1973) e *Revolução Burguesa no Brasil* (1974) –, traduz-se em dependência econômica externa e em um regime de segregação social. Nessa formação social, a burguesia não retira forças da transformação e da generalização das relações sociais de produção e da implantação de forças produtivas capitalistas. A burguesia erige-se a partir do aproveitamento das oportunidades tanto criadas pela expansão dos negócios comandados por potências capitalistas quanto do prolongamento das estruturas coloniais.

Essa situação permanece por todo o século XIX e adentra o século XX, quando, a partir da Grande Guerra, os capitais e a influência inglesa são substituídos pelos EUA. As antigas colônias do norte ultrapassam o capitalismo original, passam a ser o polo dominante e fincam suas bases imperialistas em toda a América Latina. A economia cafeeira brasileira consegue novo impulso, mas já sob a substituição de escravizados por força de trabalho assalariada, movimento iniciado em fins do século XIX, por necessidade da própria acumulação. O gérmen



de um mercado interno mais dinâmico e uma industrialização residual – tornados possíveis desde a reciclagem dos capitais nas últimas duas décadas do século XIX – criam possibilidades que poderão ser exploradas a partir da Crise de 1929.

Nesse ponto, podemos retornar às reflexões de Celso Furtado citadas no início desse artigo. A situação de dependência cria um processo histórico de complexas determinações: o subdesenvolvimento. É uma das formas de assimilação do capitalismo, vale dizer, uma formação social decorrente da expansão do capital no nível mundial.

Trata-se de uma história que se inicia fora do território e o invade, porque advém da Colonização do Antigo Regime. É uma decorrência da Colônia, a fragilidade material do século XIX. Mas é também uma opção política. Uma escolha de reprodução de relações interestatais e de ciclos de negócios, em que as elites (em seu arranjo combinado colonial e burguês) ocupam papel coadjuvante e menos arriscado no concerto internacional. Também uma decisão que, aproveitando-se das condições externas que permitem modelos econômicos calcados na dependência, viabiliza a reprodução de uma brutal assimetria entre proprietários e subalternos, garantidora de privilégios e de lucros extraordinários.

A aposta de Furtado e da Economia Política da Cepal é a de que a industrialização, que avançou no período de desestruturação da ordem mundial entre 1930 e 1945, pudesse completar a transição da Colônia para a Nação, isto é, liquidar com a economia decorrente da permanência da segregação social e construída a partir da dependência externa. Prebisch e Furtado construíram argumentos para que, ao longo dos anos 1940 e 1950, sob a proteção de uma ordem mundial reconstruída em torno dos ideais de estabilidade, pacifismo e cooperação (típicos dos discursos em torno da criação da ONU, de quem a Cepal deriva), o planejamento e o protecionismo pudessem fazer avançar a industrialização latino-americana em consonância com a elevação do padrão de vida das massas e da apropriação dos frutos do progresso técnico. A atuação de Furtado, nos governos Kubistchek, Quadros e Goulart, no Grupo Misto Cepal-BNDE, na Sudene e no Ministério do Planejamento, esteve orientada para tais propósitos.

O Golpe de 1964 e a instauração de uma Ditadura Civil-Empresarial-Militar constituíram-se no desfazimento da fantasia reformista de Furtado, ancorada que estava no esclarecimento científico, na liderança estatal e na adesão de grupos sociais nacionais calcados no republicanismo e na democracia. A apropriação da agenda de reformas de base e sua subversão e transfiguração em contrarreformas liberais e ajustadas aos conglomerados transnacionais, aplaudidas por burguesias associadas, são o réquiem das teses cepalinas e furtadianas origi-



nais. O debate sobre os limites do capitalismo dependente e a reprodução do subdesenvolvimento passa a dar a tônica das discussões de setores progressistas, em distintos graus de destruição, via instauração do Terror de Estado – que tem sua culminância no AI-5 e posterior cooptação e chacina dos movimentos de resistência.

Após dedicar-se por uma década, no exílio, a entender pioneiramente os meandros do capitalismo sob hegemonia dos EUA (artigos escritos nos anos 1960, agrupados no livro *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina*, de 1973), Furtado chega à obra *O Mito...*. É a hora de um acerto de contas com as teses originais, otimistas em geral, sobre a industrialização brasileira, assim como as adjacentes, construídas no calor da luta, a criar um falso dilema entre reformismo e estagnação na periferia do capitalismo. Celso Furtado apresenta a sua versão mais madura, ciente das teorias da dependência, tanto na vertente reformista e de objetivos acanhados de Cardoso e Faletto quanto das revolucionárias de Gunder Frank, Marini e Teófilo dos Santos.

Furtado parte do reconhecimento de um fenômeno histórico central: a expansão das empresas transnacionais e da rede bancária *offshore*, liderada por grupos estadunidenses, traz um novo desafio. A transnacionalização do capital torna obsoleta a visão de um capitalismo como a reunião de sistemas econômicos nacionais, tese mais detalhada em obras posteriores, como *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980) e *A Nova Dependência* (1982). Ocupando local central no financiamento e na geração de progresso técnico, a empresa transnacional tem a capacidade de transformar as economias no centro e na periferia em produtos de seu planejamento global de expansão.

Ocorre que, para o autor em tela, essas empresas entraram nas nações latino-americanas no momento decisivo de suas industrializações. E estabeleceram padrões de consumo e produção que cristalizam a dependência financeira e tecnológica dos conjuntos da América Latina. Os estilos de vida – entendidos em sentido amplo – estabelecidos aproveitam-se e reforçam na periferia as desigualdades sociais.

No caso brasileiro, para unir as perspectivas de Furtado e Florestan, acarretou-se a permanência de uma economia baseada na dependência externa (comercial, tecnológica e financeira) e no regime de segregação social construído desde a escravatura. A combinação de elementos coloniais e formas desenvolvidas do capital necessita da cristalização da dependência tanto para a rentabilidade quanto para a reprodução do *status* social, monopolização do poder e aceitação da exploração da força de trabalho em níveis extremos. A industrialização se amplifica (não se detém nos anos 1970, como previra Furta-



do anteriormente), mas torna-se um constrangimento à superação de estruturas coloniais e ao estabelecimento de um padrão de consumo nacional, patamar mínimo a ser generalizado à coletividade.

O subdesenvolvimento reproduz-se como criação da dependência. Furtado vê claramente a associação das burguesias locais às empresas transnacionais, assim como seu apoio à transnacionalização do capital, sem a construção de mínimos espaços de controle. Cooptadas, de bom grado, pelos EUA e seu sistema de matrizes e filiais, as elites locais preferem um mundo em que sejam coadjuvantes e protegidas à disputa encarniçada de mercados, com todos os riscos e incertezas. O custo, contudo, a ser pago é a permanência de um tecido social cindido, sob ameaça de convulsões e catástrofes.

Para Celso Furtado, o colonialismo cultural é a matriz da dependência. A incapacidade de imaginar o sistema econômico e de poder internacional e de se posicionar competitivamente dentro do tabuleiro da competição interestatal é a principal herança colonial. É ela a responsável pela ausência de identidade nacional entre o povo e a elite, a reproduzir o espectro de uma sociedade dividida em uma guerra étnica, escravizadores e escravizados, ressignificados sob o capital transnacional.

A formação nacional, nesses termos, corrói-se, com escassa probabilidade de reversão. Furtado reencontra a tese fundamental de Caio Prado na obra *Esboços dos Fundamentos de Teoria Econômica* (1957). Para ambos, fica claro que não há paralelo possível entre o papel do capital internacional nos casos atrasados (notadamente EUA e Alemanha) e aquele cumprido no caso subdesenvolvido. O historiador já alertara e o economista confirmara que a empresa transnacional representa um estágio do capitalismo em que a lógica de conquista sufoca as possibilidades de avanço civilizatório, por meio de um desdobramento lógico do ciclo de acumulação. A história confirma, assim, as previsões do debate marxista acerca do imperialismo e de sua indissociabilidade da noção de barbárie.

Por sua vez, Florestan Fernandes chega, por outros caminhos, à mesma conclusão e propõe a visão de Imperialismo Total, para os fenômenos históricos ocorridos no capitalismo a partir da segunda metade do século XX. Essa fase do imperialismo corresponderia à apropriação da totalidade da existência humana pelo capital, com catastróficos efeitos sobre a sobrevivência da espécie. Furtado, Prado Jr. e Florestan colocam, ao longo de suas obras, a imprescindibilidade da superação da dependência para o avanço civilizatório brasileiro.

* É doutor em Teoria Econômica pela Unicamp e professor da UFRRJ (Campus Três Rios).